

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NADIA GIANNINI

**TURISMO RURAL COMUNITÁRIO EM ASSENTAMENTOS DO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)**

CURITIBA

2017

NADIA GIANNINI

**TURISMO RURAL COMUNITÁRIO EM ASSENTAMENTOS DO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)**

Projeto de Planejamento e Gestão em Turismo apresentado ao Curso de Turismo, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Martins Augusto Gomes

CURITIBA

2017

Dedicado a todos que lutam
por um mundo melhor
para todos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar à minha família, meus maiores amores e exemplo. Minha avó Terezinha e meus pais Romilda e Marcos que desde o começo me apoiaram nessa total mudança de rumo, sempre me incentivando e acreditando em mim nos momentos em que nem eu mesma acreditei. Júnior, meu amado irmão que mesmo longe sinto comigo todos os dias, e que apesar de mais novo me inspira sempre com seu foco e serenidade.

Ao meu professor e orientador Bruno, que além de toda ajuda (e empurrões em muitos momentos desse projeto), me ensinou o que é a pesquisa e a área acadêmica e despertou em mim o interesse e paixão pelas políticas públicas, além de ser exemplo de ética e boas práticas na profissão. Agradeço também todos os professores do departamento que contribuíram para a minha formação.

À excepcional equipe do Paraná Projetos, Katia, Liliane e em especial minha supervisora Marta Takahashi, pelas orientações, apoio e conselhos profissionais, e principalmente pela oportunidade de aprender com essas grandes técnicas de planejamento do estado.

Aos meus queridos amigos irmãos Andressa e Uriã, que mais que todos me aguentam dia a dia nessa montanha russa da vida. A todos os amigos que me ajudaram de alguma maneira, quiseram meu bem, torceram por mim e me proporcionaram alegrias ao longo da jornada: Adri, Bina, Boni, Fer, Gabi, Iza, Lene, Lemos, Lu, Luan, Memes, Ra, Tais, Vini e Yanca e quem mais eu esquecer. À minha eterna patota: Manda, Ma, Mi e Fer.

E enfim, ao universo que tem sido sempre gentil comigo, colocando boas pessoas e oportunidades no meu caminho.

Finge que é uma semente...

Há o suficiente no mundo para todas as necessidades humanas, não há o suficiente para a cobiça humana.

Mahatma Gandhi

RESUMO

O Brasil apresenta uma elevada taxa de concentração de terras e conseqüentemente uma profunda desigualdade social. Dentro desse contexto rural insere-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na dinamização desses espaços, através da luta pela reforma agrária e diminuição da desigualdade social. Nessa realidade o turismo é uma possibilidade para agricultores familiares assentados. Por isso o presente trabalho buscou analisar as contribuições do turismo rural comunitário em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) enquanto alternativa de desenvolvimento sustentável, tendo como objeto de estudo a comunidade do Assentamento do Contestado, localizado no município de Lapa – PR. De caráter exploratório, a pesquisa buscou compreender melhor o tema ainda pouco explorado no turismo, e verificar a possibilidade e o interesse da comunidade para a atividade. A pesquisa de campo mostrou que há o interesse tanto que no assentamento estudado a atividade já acontece. Por isso a partir dos resultados foi proposto um projeto para a capacitação dos assentados para que, dentro dos interesses comunitários do movimento haja uma formalização da atividade, permitindo que o turismo se configure como uma alternativa de desenvolvimento e também como uma possibilidade de educação para visitantes e visitados.

Palavras-chave: Turismo rural comunitário, Assentamentos, MST.

ABSTRACT

Brazil has a high rate of land concentration and consequently a deep social inequality. Within this rural context is inserted the Movement of Landless Rural Workers (MST), in the dynamization of these spaces, through the struggle for agrarian reform and reduction of social inequality. In this reality tourism is a possibility for settled family farmers. Therefore the present work sought to analyze the contributions of communitarian rural tourism in settlements of the Landless Rural Workers Movement (MST), as an alternative for sustainable development. Having as object of study the settlement community of the Contestado, located in the municipality of Lapa - PR. Exploratory in nature, the research sought to better understand the theme still little explored in tourism, and to verify the possibility and interest of the community for the activity. The field research showed that there is interest so much that in the settlement studied the activity already happens. Therefore, from the results, a project was proposed for the training of the settlers so that, within the community's interests of the movement, there is a formalization of the activity, allowing tourism to be configured as an alternative development and also as a possibility of education for visitors and visited.

Key-words: communitarian rural tourism, settlements, MST.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - TEORIA FUNDAMENTADA.....	39
FIGURA 2 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO ASSENTAMENTO CONTESTADO..	40
FIGURA 3 - ORGANOGRAMA ORGANIZAÇÃO CONTESTADO.....	44
FIGURA 4 - CIRANDA INFANTIL.....	47
FIGURA 5 - PLACA ELAA.....	48
FIGURA 6 - ESPAÇO COMUNITÁRIO ELAA.....	49
FIGURA 7 - ALOJAMENTOS COMUNITÁRIOS E CASAS DE APOIO.....	50
FIGURA 8 - PLACA CONSTRUÇÃO UBS.....	51

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	38
QUADRO 2 – ETAPAS DO PROJETO.....	56

LISTA DE SIGLAS

CPRA	Centro Paranaense de Referência em Agroecologia
CTP	Comissão Pastoral da Terra
ELLA	Escola Latino Americana de Agroecologia
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASTRO	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra do Oeste
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ORNAS	Ocupações Rurais Não Agrícolas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
UBS	Unidade Básica de Saúde
TBC	Turismo de Base Comunitária
TRC	Turismo Rural Comunitário

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 MARCO TEÓRICO	13
2.1 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: O MST	13
2.1.1 Reforma Agrária	15
2.1.2 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST	18
2.1.3 Formas de Luta: ocupações e assentamentos	20
2.2 TURISMO COMUNITÁRIO	24
2.3 TURISMO RURAL.....	31
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	36
3.1 OBJETO DE ESTUDO: ASSENTAMENTO CONTESTADO – LAPA.....	39
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	41
5 PROJETO DE TURISMO.....	53
5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO	53
5.2 ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	54
5.2.1 Descrição das Etapas para a Execução do Projeto.	55
5.2.2 Descrição dos Recursos Humanos envolvidos em cada etapa.....	58
5.2.3 Descrição do Orçamento e dos desembolsos por etapa	58
5.2.4 Avaliação do retorno do investimento	59
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS.....	62
APÊNDICES	67

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país rico em recursos naturais e culturais. Entretanto, sofre ainda com a desigualdade social, inclusive no turismo. Assim, a história de luta pela posse da terra, pela preservação do meio ambiente e pelo direito ao modo de vida tradicional uniu comunidades e formou a base para o desenvolvimento de um outro turismo: o turismo de base comunitária - TBC (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009).

Esse outro turismo, calcado em relações de confiança e de cooperação, tem como objetivos promoção do bem-estar social e do desenvolvimento territorial endógeno, se caracterizando como uma possível oportunidade de transformação social, que se afasta do turismo tradicional, padronizado e de ganho meramente econômico, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida materialista-consumista tradicionais (SAMPAIO, 2005).

No país também está presente uma das maiores taxas mundiais de concentração de terras, com um grande contingente de excluídos que carecem um pedaço de terra para plantar e produzir seu próprio sustento (MUNOZ; NODARI; ZANELLA, 2006). Por isso, como defendem Miranda e Gomes (2016), em um país marcado pela tradição latifundiária como o Brasil, o acesso à terra, ao crédito e ao mercado são fundamentais para o desenvolvimento das populações que residem no meio rural. Fucks (2001) acrescenta ainda que frente a desequilíbrios e impactos resultantes do processo de globalização da economia e da revolução tecnológica é necessário buscar alternativas ao desenvolvimento rural.

Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem importante papel enquanto movimento social que engloba a luta contra a pobreza e a busca por uma melhor qualidade de vida dos trabalhadores rurais. Mas diante dessa realidade surge a seguinte indagação: como o turismo pode ser uma alternativa de desenvolvimento para os assentamentos do MST?

Assim, diante do problema exposto e do potencial da atividade para o meio rural, essa pesquisa tem como objetivo principal analisar possíveis contribuições do turismo rural comunitário em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) enquanto alternativa de desenvolvimento sustentável, tendo como objeto de estudo a comunidade do Assentamento do Contestado, localizado no município de Lapa - PR.

Para tal foram delimitados os seguintes objetivos específicos: construir um referencial teórico sobre as questões sociais no meio rural e o papel do MST e o turismo rural comunitário; identificar as demandas e potencialidades da comunidade do assentamento do Contestado para o turismo; e propor projeto de turismo relacionado à implementação de atividades turísticas sustentáveis para o assentamento.

Dessa forma, nos capítulos seguintes primeiramente será apresentado o referencial teórico no qual serão abordadas as questões sociais e o papel do MST, bem como o turismo comunitário e o turismo rural, enfocando suas possibilidades para a diminuição das desigualdades sociais no ambiente rural. Então é exposta a metodologia, seguida pela análise dos dados. Enfim, apresenta-se um projeto de educação para os agricultores voltado para estruturação do turismo no assentamento para então serem tecidas as considerações finais.

2 MARCO TEÓRICO

No presente trabalho a fundamentação teórica se divide em dois tópicos. O primeiro aborda o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), incluindo as questões mais amplas que envolvem o movimento como desigualdade social e reforma agrária. Já o segundo discute o turismo comunitário e o turismo rural, resultando no conceito do turismo rural comunitário e suas possibilidades de implementação nos assentamentos do MST.

2.1 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: O MST

O Brasil é uma das nações de maior desigualdade social do mundo. Carter (2010) expõe que a desigualdade e a pobreza têm profundas raízes históricas e diretamente relacionada à estrutura fundiária. Sob essa perspectiva, faz-se necessária a investigação mais profunda relacionada à temática da desigualdade relacionada à luta do MST.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organiza os camponeses sem terra na luta pela realização de uma Reforma Agrária popular para transformar o campo num lugar onde os trabalhadores possam viver com condições dignas e produzir alimentos saudáveis. O MST mobiliza famílias expulsas do campo por grandes latifundiários e empresas multinacionais do agronegócio para lutar pela terra e pela transformação social. Conforme Carter (2010):

Confinar o lugar do MST no Brasil a uma força engajada apenas na luta pela terra, ou na busca de modelos alternativos para o desenvolvimento rural, é desconsiderar o panorama mais amplo. O MST não é só um fenômeno rural. Assomando por trás das suas marchas disciplinadas e o brilho das suas bandeiras vermelhas, há um fantasma que desafia as desigualdades seculares do Brasil. Apesar de muitos exageros, os temores provocados pelo Movimento não são infundados. O MST subverte percepções, normas e costumes tradicionais. Ele perturba a “ordem natural das coisas”. Ele expõe, dá voz a, e canaliza as tensões subjacentes na sociedade brasileira seculares do Brasil. Muitos vêem no Movimento um poderoso símbolo e uma fonte de inspiração na luta por concretizar a promessa da igualdade de direitos e a plenitude da cidadania (CARTER, 2010, p. 36,37).

Ainda segundo este autor a estrutura fundiária originou-se na era colonial e foi mantida até hoje por meio de diversas práticas políticas. A sociedade brasileira nasceu com fortes traços oligárquicos, ancorados em uma poderosa classe latifundiária e um

Estado débil e patrimonialista. A concentração fundiária e a escravidão produziram uma nação com acentuadas assimetrias de poder e governantes autocráticos. Esse sistema político se sustentou baseado em uma economia voltada para a exportação de produtos primários, organizada em torno de plantações de grande escala e extrativismo. Ao longo da história brasileira, a elite agrária colheu os benefícios da proteção do Estado e o acesso privilegiado aos recursos públicos. Essas características patrimoniais geraram um modelo de desenvolvimento altamente excludente.

Desse modo, o modelo de desenvolvimento está atrelado ao agronegócio e a uma modernização rural, o que representa uma desconexão ecológica, econômica e social. Segundo Bergamasco e Norder (2010) o MST luta por uma economia agrícola camponesa que questiona o padrão de desenvolvimento e fornecem ideias, experiências e projetos para construção de novos modelos que tangem questões de grande relevância para o país como: criar empregos, dinamizar a economia, preservar o meio ambiente, e fortalecer as políticas de redução de pobreza e de diminuição da desigualdade social.

Para Ondetti, Wanbergue e Afonso (2010), a consolidação de um padrão de desenvolvimento rural sustentado no agronegócio reforçou diversos mecanismos de exclusão social, os quais acabaram limitando as possibilidades de redistribuição de terra, renda e poder. Ainda segundo Pereira (2010), o MST não apenas golpeia esse monopólio da terra, um dos alicerces fundamentais das desigualdades sociais no Brasil, mas o movimento também encontrou caminhos alternativos na luta, como: recriação da propriedade familiar, das cooperativas, das associações e da socialização da produção; além das reivindicações políticas de combate à pobreza, fome, miséria e desemprego.

Assim, um dos desafios críticos para o Brasil é superar seus históricos padrões de exclusão social ampliando o acesso à riqueza e a outros meios de vida. Como defende Sampaio (2010), a questão agrária está profundamente ligada a esses problemas, pois sem uma efetiva reforma agrária não se pode falar em desconcentração de renda e, portanto, em um desenvolvimento estável e equilibrado econômica, ecológica e socialmente.

2.1.1 Reforma Agrária

Carter (2010) aponta que por definição, reformas agrárias implicam o envolvimento do Estado na reestruturação de relações de direito de propriedade ou, no mínimo, na regulamentação dos termos de posse no campo, em favor dos trabalhadores rurais. Afirma ainda que por outro lado, nenhuma reforma agrária poderia surgir em uma sociedade que não tivesse expectativas e demandas por ela, e sem essa demanda, a reforma agrária não seria um problema, como o é o caso dos países mais desenvolvidos do mundo. Portanto, o pontapé inicial de qualquer programa de distribuição fundiária depende da demanda da sociedade. Desse modo, a execução de reformas agrárias implica uma combinação de impulsos por parte do Estado e da sociedade.

Como evidência dessa demanda da sociedade pela atuação do Estado está exposto por Medeiros (2010), que a segunda metade do século vinte no Brasil foi marcada pela emergência de conflitos no campo, e a articulação de debates sobre a reforma agrária e o lugar da estrutura agrícola no processo de desenvolvimento nacional. Dentro dessas discussões encontram-se as necessidades dos trabalhadores do campo, toda sua complexidade e disputas de novas configurações sociais e identidades políticas, e a própria definição do que eram trabalhadores rurais.

A década de 60 foi marcada pelo reconhecimento de alguns direitos dos trabalhadores do campo pelo Estado. Medeiros (2010) evidencia que em 1962 foi regulamentada a sindicalização rural, nos moldes corporativistas, instituindo sindicatos diferentes para trabalhadores e patrões (antes disso, os trabalhadores eram representados por sindicatos patronais - o que limitava além de seus direitos sua representação política); e em 1963 foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, onde foi reconhecido o trabalhador rural como profissão estendendo ao campo os direitos trabalhistas vigentes para o meio urbano desde 1930.

Entretanto, como exposto por Fernandes (2010), a ditadura militar foi crucial no sentido de reafirmar o poder político da classe latifundiária. No mesmo ano do golpe empresarial-militar, o novo governo elaborou o Estatuto da Terra, que foi a primeira lei de reforma agrária na história do Brasil. Mas o objetivo do governo não era aplicar a lei, mas sim controlar os conflitos por terra

O Estatuto da Terra trata-se da Lei N° 4.504, de 30 de novembro de 1964, que regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de

execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola (BRASIL, 1964). Dentre outros aspectos, a lei define a Reforma Agrária como:

o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade (BRASIL. Estatuto da terra. 1964. Cap.1, Art.1º, Parágrafo 1º).

O órgão federal responsável por implementar as diretrizes previstas nessa lei é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Seu trabalho é dotar o Estado de instrumentos necessários para gerir o território nacional através da adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região para a intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários. O que o INCRA busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no país é a implantação de um modelo de assentamento rural baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial (INCRA, 2017).

Ainda segundo INCRA (2017), a reforma agrária deveria proporcionar na prática: desconcentração e democratização da estrutura fundiária; produção de alimentos básicos; geração de ocupação e renda; combate à fome e à miséria; interiorização dos serviços públicos básicos; redução da migração do campo para a cidade; promoção da cidadania e da justiça social; diversificação do comércio e dos serviços no meio rural; e democratização das estruturas de poder.

Entretanto, a reforma agrária brasileira tem sido reativa, restrita e de execução morosa. Carter (2010) indica que as medidas da reforma agrária procuram satisfazer exigências imediatas, neutralizar conflitos locais e, acima de tudo, evitar um confronto maior com os grandes proprietários de terra. Dessa forma, elas não representam ações contundentes com o objetivo de transformar o sistema fundiário e suas assimetrias nas relações de poder.

Carter e Carvalho (2010) a definem ainda como uma “reforma agrária conservadora”. De acordo com os autores, seus projetos de assentamentos são pontuais e esparsos, não alteram de maneira significativa a estrutura fundiária existente, sendo desenhada para proteger os interesses dos grandes proprietários. Nessas circunstâncias, o governo reage às lutas por terra sem ter um projeto claro de mudança fundiária e, com isso, predomina a lógica de implantar os assentamentos

onde for mais fácil para o Estado e menos inconveniente para os latifundiários (CARTER; CARVALHO, 2010).

Segundo Medeiros (2010) grandes produtores rurais sempre rejeitaram a possibilidade de reforma agrária distributivista. Os argumentos apresentados enfatizavam a ligação da agricultura com o complexo agroindustrial e afirmavam que a industrialização da agricultura exigia que a atividade ficasse nas mãos de quem tivesse o capital para produzir, no sentido de que uma reforma agrária desorganizaria a produção e seria ainda uma intervenção na liberdade de iniciativa.

Ainda como aponta Carter (2010) os oponentes e os céticos argumentam que a reforma agrária se tornou uma política irrelevante para o desenvolvimento rural em virtude da modernização tecnológica da agricultura, da produção abundante de alimentos e do lucro gerado nas fazendas do agronegócio. Além disso insistem que o volume de terras não produtivas, disponíveis para a redistribuição, diminuiu, salientando o fato de o Brasil hoje em dia ser um país majoritariamente urbano. Alguns críticos afirmam que os assentamentos têm sido um “fracasso econômico” e tendem a retratar essas comunidades como “favelas rurais”.

Contudo, a reforma agrária, pode estimular a produtividade rural, em especial para o consumo interno por meio da criação de empregos rurais, e reduziria o êxodo dos pobres do interior do país para as periferias e favelas urbanas – mais de noventa por cento das famílias consultadas nos assentamentos afirmam ter “uma qualidade de vida melhor” depois de ter obtido um lote de terra (CARTER, 2010). Ainda segundo Medeiros (2010) a reforma agrária ajuda a promover um padrão de desenvolvimento mais sustentável e endógeno, fundado em princípios de justiça social e preocupação pelo bem-estar do imenso contingente de pessoas marginalizadas no Brasil. No entanto, um elemento crítico da luta pela reforma agrária é convencer os formadores de opinião e o público mais amplo que os assentamentos representam uma estratégia viável e eficiente para lidar com as questões sociais do campo. (ONDETTI; WANBERGUE; AFONSO, 2010).

No Brasil, a emergência de novos conflitos no campo, e a articulação de debates sobre a reforma agrária e o lugar da estrutura agrícola no processo de desenvolvimento nacional, foram os propulsores para o surgimento do MST, (MEDEIROS, 2010). Conforme Carter (2010), o MST se apresenta como o maior movimento social da América Latina, e foi ele que estabeleceu a reforma agrária na agenda pública do Brasil.

2.1.2 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

Na era varguista foi visível a relação de subordinação no campo e a constituição de um ideal de desenvolvimento com base na pequena propriedade. Os atores fundamentais eram somente os grandes proprietários, cujas organizações inclusive “representavam” os trabalhadores rurais, mesmo e até porque na percepção desses atores os trabalhadores do campo eram tidos como incapazes, do que decorria a necessidade de tutela permanente. Dentre esse contexto e principalmente para a representação do interesse reprimido dos trabalhadores, surge o MST (MEDEIROS, 2010).

O ciclo de mobilizações por terra irrompeu com força, de modo especial, na região Sul do Brasil. Ele surgiu com o apoio de uma rede progressista no meio religioso e a assistência de vários sindicatos de trabalhadores rurais, em um contexto de intensa modernização agrícola, crescentes demandas na sociedade civil pela restauração da democracia e o declínio da ditadura militar. (CARTER, 2010).

No sul, a Comissão Pastoral da Terra (CTP) foi a principal organizadora e porta voz nas mediações políticas dessas lutas por terra. No caso do Paraná, muitos dos posseiros que não conseguiram receber indenizações ou ser reassentados se organizaram com o apoio da Igreja no Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra do Oeste (MASTRO), uma das vertentes do que viria a constituir o MST. (MEDEIROS, 2010).

Assim, o surgimento de movimentos populares como o MST, busca organizar, conscientizar e articular os interesses dos setores menos privilegiados do país. Desde meados da década de 1990, o MST tornou-se o movimento mais visível e incisivo no esforço de contestar o sistema de privilégios da elite dominante no Brasil (CARTER, 2010).

A criação oficial do MST ocorreu em Cascavel (PR), no dia 22 de janeiro de 1984, mas podem se diferenciar quatro momentos da formação do MST: gestação, consolidação, institucionalização e mundialização (FERNANDES, 2010). Ainda segundo este autor: o primeiro período é a gestação do MST (1979-1984), precede a fundação oficial do Movimento e é fundamental para entender as bases de seu processo de formação. O segundo período é o de consolidação (1985-89), que se caracteriza pela ampliação das ações do movimento em escala nacional, por meio de seu estabelecimento em todas as regiões do país e a configuração de sua estrutura

organizativa. Na institucionalização (1990 até o presente), o MST se torna o principal interlocutor com o governo federal a respeito da reforma agrária e ainda tem suas lutas reconhecidas internacionalmente.

No fim da década de 90 o MST estava organizado em 23 estados e era o principal movimento camponês de luta pela terra. O MST ampliou sua estrutura organizativa, criando uma rede de cooperativas, escolas, centros de formação e pesquisa e coletivos com diversos eixos temáticos, passando por questões de gênero e cultura à agroecologia e aos direitos humanos (MST, 2017).

A territorialização é um processo permanente na história do MST. Esse processo é compreendido pelas ocupações de terra e conquista de assentamentos rurais. Esses territórios se constituem em novos espaços onde o campesinato se recria e reproduz a luta pela terra mediante a formação de um movimento camponês. Isso permite compreender que a forma de organização social e do território são partes indissociáveis da luta camponesa (FERNANDES, 2010).

Um dos princípios do MST é a luta contra a dominação do grande capital. Esse princípio é a marca da sua identidade política (FERNANDES, 2010). Ainda segundo este autor:

As palavras de ordem, a bandeira, o hino, a cruz, as ferramentas de trabalho, os alimentos, os livros, os lutadores históricos de causas populares e outros símbolos do MST constituem a linguagem de uma prática política de resistência e contraposição aos discursos oficiais do Estado. No cotidiano das famílias vinculadas ao MST esses símbolos fazem parte de sua cultura e identidade camponesa, cultura que é reproduzida pela participação em mobilizações, comissões, setores e núcleos do movimento (FERNANDES, 2010, p.185).

A luta pela reforma agrária passou a ser compreendida como parte da luta por uma transformação maior. Novas preocupações por questões de gênero, ecologia, direitos humanos, saúde, diversidade cultural, soberania alimentar e nacional, e a solidariedade internacional passaram a informar e complementar a análise de classe do MST. No bojo eclético dessas ideias foi surgindo uma visão mais holística do processo de mudança social. Dessa forma, a crítica ao latifúndio levou ao questionamento do modelo de desenvolvimento nacional (ONDETTI; WANBERGUE; AFONSO, 2010)

Carter e Carvalho (2010), apontam o MST como um movimento que propõe mudar a estrutura agrária e a correlação de forças sociais e políticas no campo. Além

disso, Carter (2010) expõe que o movimento contribui para o avanço da qualidade da democracia, pois: combate as disparidades sociais da nação e oferece lições em prol do desenvolvimento de base; fortalece a sociedade civil por meio da organização e incorporação de setores marginalizados da população; facilita a extensão e o exercício de direitos básicos de cidadania entre os pobres incluindo os direitos civis, políticos e sociais; destaca a importância do ativismo público – o conflito social encarado via pressão popular e negociação com autoridades do governo – como catalisador do desenvolvimento social; e gera um sentido de utopia e afirmação de ideais que impregnam a democratização no Brasil.

2.1.3 Formas de Luta: ocupações e assentamentos

A ocupação como forma de luta e acesso à terra é um contínuo na história do campesinato brasileiro. Desde o princípio de sua formação os camponeses ocupam terra. A ocupação têm sido historicamente seu principal meio de acesso à terra (FERNANDES, 2010). Uma vez ocorrida a primeira ocupação, aquela terra se torna objeto de reivindicação de desapropriação e os que se encontram no acampamento pretendentes a redistribuição de terras (SIGAUD, 2010).

Assim, além de ser uma luta territorial, a luta pela terra é uma luta de famílias, e envolve o conjunto de seus membros em diversas atividades, mesmo nos casos que apenas alguns de seus membros fazem parte da ocupação, a família toda se envolve na mobilização pela Terra (CALVO-GONZALEZ, 2010). As famílias sem-terra criam comissões, núcleos ou setores que se preocupam com alimentação, saúde, educação de crianças e jovens, assim como a negociação política, divulgação e animação da luta. A luta camponesa do MST é indissociável de sua organização social (FERNANDES, 2010).

As ocupações de terra com montagem de acampamentos constituem uma linguagem simbólica o modo de fazer afirmações por meio de atos. Com ato fundador e a legitimidade ao promover uma ocupação e um acampamento, o movimento diz ao INCRA que deseja desapropriação das terras, ao proprietário que quer suas terras e aos outros movimentos que aquela ocupação tem um dono (SIGAUD, 2010).

Os acampamentos são mais do que a mera reunião de pessoas para reivindicar a desapropriação de terras pois como o exposto por Sigaud (2010), compreendem técnicas atualizadas para realizar uma organização espacial, uma

etiqueta para entrar no acampamento e nele se instalar, regras para ali conviver, um vocabulário próprio e elementos dotados de forte simbolismo como a bandeira e a lona preta que constituem os marcos distintivos de um acampamento.

As ocupações e acampamentos apresentam aspectos recorrentes: os participantes buscam locais altos e visíveis próximos as matas e aos cursos d'água para armar as barracas com a madeira que retiram das matas e cobrem com folhas e por fim com plástico preto grosso (lona). As barracas são alinhadas de modo a formar ruas e é instalado um mastro bastante elevado no qual é hasteada a bandeira do MST (SIGAUD, 2010). Ainda segundo a autora nos acampamentos há também um vocabulário próprio associado às ocupações e aos acampamentos. Diz-se preferencialmente ocupar invés de invadir verbo empregado pela mídia, pelos proprietários e pelo senso comum para descrever a ocupação. Os trabalhadores utilizam o verbo entrar.

Nas ocupações de terra e acampamentos, as famílias sem-terra dividem-se em comissões ou setores para cuidar das diversas atividades referentes à luta. Alguns dos princípios adotados nesse processo de aprendizagem são: formação de coordenação e direção coletivas como instâncias políticas de decisão; autonomia política; disciplina e respeito às decisões das instancias políticas; formação educacional permanente; jamais separar luta econômica da luta política; e manter sempre laço orgânicos entre a base e a direção (FERNANDES, 2010).

Entretanto, mesmo com a pressão social, os procedimentos burocráticos de implantação de um assentamento podem durar vários anos. A velocidade do processo varia em grande medida segundo a vontade política do governo e a ocorrência de entraves judiciais (CARTER, 2010).

Ondetti, Wanbergue e Afonso (2010), apontam que a média nacional, a demora entre o início da mobilização pela terra e a desapropriação do imóvel é de quatro anos. Ainda de acordo com estes autores, durante esse tempo devem-se cumprir diversos ritos administrativos que vão desde a vistoria formal de uma fazenda para a sua caracterização como latifúndio até a assinatura do decreto presidencial que desapropria a área por interesse social para fins de reforma agrária, e ainda o poder judiciário pode interromper esse processo a qualquer momento a partir de recursos impetrados pelo proprietário da terra.

A criação de um novo assentamento e a emissão de posse outorgada pelo Estado é celebrada como uma valiosa “conquista” pelas famílias sem-terra. Essa

vitória, porém, abre novos e grandes desafios. No dizer dos seus protagonistas, ela marca o passo da “luta *pela* terra” à “luta *na* terra” (CARTER E CARVALHO, 2010).

Contudo, conforme evidenciado por Carter (2010), o isolamento geográfico dessas comunidades reduz seu acesso ao mercado, aos serviços públicos e às fontes de trabalho não agrícola. Esse afastamento diminui também as possibilidades de cooperação entre os assentados e enfraquece a sua influência política no âmbito local e tudo isso restringe as oportunidades de alterar a correlação de forças no campo.

A grande maioria dos assentados vem de uma situação de extrema pobreza. Por isso, conforme demonstrado por Ondetti, Wanbergue e Afonso (2010) a legislação agrária e as normas administrativas brasileiras preveem uma assistência aos novos assentados a fim de facilitar condições mínimas de qualidade de vida e de produção. Ainda segundo estes autores, numa situação ótima, a consolidação de um assentamento exigiria no mínimo cinco anos de apoio direto e constante por parte do Estado.

Porém, o descompasso entre as normas vigentes e a realidade nos assentamentos é marcante. A omissão do Estado na destinação de créditos e recursos para a habitação, educação, saúde, saneamento, energia elétrica, estradas, aquisição de máquinas e outros equipamentos agrícolas força o MST e outros movimentos a pressionar o governo federal para concretizar a execução dessas políticas públicas. (ONDETTI; WANBERGUE; AFONSO, 2010)

Porém, é importante entender como pontuam Carter e Carvalho (2010), que expressão “assentamento de reforma agrária” pode induzir a uma homogeneização de um universo altamente diversificado. Todo assentamento enquanto unidade socioterritorial contempla diversas dimensões, entre elas, a econômica, social, política e cultural (CARTER; CARVALHO, 2010).

A multiplicidade de combinações entre essas dimensões dependerá, entre outros fatores, do número de famílias assentadas, das suas origens geográficas, das histórias de vida (incluindo as relações de trabalho, sociais, religiosas e políticas em que estavam inseridas), da microrregião do país onde esse assentamento se constituiu, da forma como se deu a luta pela terra e da capacidade de organização dessas famílias para resistir na terra. (ONDETTI; WANBERGUE; AFONSO). Assim, os assentamentos não são sociedades fechadas e cristalizadas, mas sim comunidades envolvidas em um processo constante de criação e evolução (CALVO-GONZÁLEZ, 2010)

Entre os sem-terra há filhos de pequenos proprietários rurais, camponeses com pouca terra, assalariados rurais, posseiros, arrendatários, parceiros, ribeirinhos e extrativistas. Além disso, há uma parcela de assentados de origem rural que viveu um tempo nas periferias urbanas e logo voltou ao campo por falta de emprego e segurança pública. (CARTER; CARVALHO, 2010)

Neste contexto, Calvo-gonzález (2010) indica que para avaliar o sucesso dos assentamentos da reforma agrária dos indicadores econômicos é necessário incorporar também questões que se relacionem ao bem-estar social e moral dos assentados.

Para Fernandes (2010) o acúmulo de força da mídia tenta impedir que a realidade do campo brasileiro apareça como de fato é: uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo e ainda em processo de intensificação dessa desigualdade. A mídia procura mostrar o aumento do conflito, mas não apresenta as causas. Ela comprova que os assentamentos criados pelo governo estão precarizados, mas não comenta as razões políticas dessa realidade. Procura convencer a sociedade de que o problema reside nos movimentos camponeses em especial o MST e assim convence diversos setores da opinião pública, até mesmo políticos e intelectuais de que os problemas são os conflitos e não as causas dos conflitos.

Ainda para Carter (2010) a grande imprensa nacional tem dado ampla atenção aos intelectuais com visões muito críticas em relação à luta social do MST. Os argumentos empregam três linhas básicas de ataque: a primeira apresenta o MST como um “movimento anacrônico e retrógrado” e tende a tratar a reforma agrária como uma política “obsoleta”; a outra argumenta que a reforma agrária se transformou em um “fracasso”; e a terceira forma de ataque sustenta que as relações de confronto do MST com as instituições governantes do Brasil representam uma “ameaça” à democracia. O autor expõe que “representações recorrentes do MST na grande mídia a retratam como uma “organização autoritária, violenta, manipuladora, revolucionária que mobiliza falsos sem-terra”. (CARTER, 2010, p. 499).

Entretanto, “o arcaico no Brasil é a profunda desigualdade da sua estrutura fundiária e social, não o Movimento, que tenta superá-la” (CARTER, 2010, p. 503). Segundo o autor o MST é um movimento engajado em uma luta para transformar uma sociedade de extrema disparidade na distribuição da riqueza e do poder, sustentada ao longo de sua história por políticas injustas de Estado. Assim, o MST é uma força

modernizadora na sociedade brasileira, diferentemente das representações feitas por seus críticos.

2.2 TURISMO COMUNITÁRIO

O turismo comunitário ou turismo de base comunitária, em um primeiro momento, surge como tema de diálogo científico no Brasil a partir do I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), realizado em São Paulo, em 1997. Em um segundo momento, adiciona-se ao debate científico a participação de movimentos sociais na ocasião do I Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado em Fortaleza, 2003. Parte-se do pressuposto de que a denominação turismo comunitário é derivada de modalidades do turismo, conhecidas pelos termos turismo cultural ou etnoturismo, ecoturismo e agroturismo, como é explorado na fundamentação teórica que se apresenta. Todavia, o que caracteriza o turismo comunitário é que os empreendedores são pessoas que se inspiram por ideais comunitários se afastando da lógica racional econômica de ganho puramente individual (SAMPAIO et al. 2014).

Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009) constataram que a diversidade, seria um dos fundamentos teóricos inerentes a essa forma de atividade. No entanto, paradoxalmente, esse fundamento expôs o desafio de se compreender a complexidade dessa diversidade, uma forma de turismo que visa constituir vínculos, tecer redes de relações, reafirmar identidades sem se fechar para o mundo, atividade que em sua essência é diversa. Não se pode falar em modelos ou quaisquer outras formas simplificadoras. A diversidade de contextos, histórias, lugares e personagens fazem de cada uma das iniciativas autoproclamadas “comunitárias” únicas.

O turismo como movimento de pessoas, é um fenômeno que envolve, antes de mais nada, os indivíduos e por isso, como defende Paiva (1995), deve ser entendido como um ramo das ciências sociais e não somente uma atividade econômica. Ainda para a autora:

Dependendo da forma como é explorado o turismo, ele pode oscilar de um extremo em que prevalece o imediatismo dos empreendedores, a alienação dos esforços mercadológicos até um outro extremo [...] incorporando uma visão mais crítica, incluindo o respeito às populações nativas das regiões que possuam vocação turística, convertendo-se num meio de integração, renovação, convívio e porque não dizer num mecanismo de transformação da sociedade. (PAIVA, 1995. p. 15)

Em uma sociedade globalizada, o turismo define as suas próprias regras e traz a fantasia e o sonho a uma realidade de valores contraditórios. O fenômeno turístico e o processo de globalização são irreversíveis, mas o avanço no desenvolvimento turístico nem sempre tem ocorrido a favor das populações locais, e tem sido frequentemente responsável por fenômenos significativos de exclusão social (IRVING, 2009).

Para Maldonado (2009) o turismo representa uma fonte real de benefícios para as comunidades que buscam superar uma situação de pobreza crônica. Isso porque como aponta Coriolano (2009), os países pobres são levados a acreditar no turismo como atividade indutora do desenvolvimento, o que não acontece, pois se sabe que o chamado desenvolvimento econômico tem base em atividades produtivas sólidas, com grande respaldo na industrialização.

Segundo De Lima e Costa (2014) ao tratar do desenvolvimento no turismo, há a necessidade de se discutir os conceitos de desenvolvimento em um sentido mais amplo, entendendo como necessário o caráter econômico, mas não se limitando a ele. Por isso, Maldonado (2009) destaca que esse desenvolvimento deve caminhar no sentido do incentivo às pequenas empresas familiares, cooperativas e comunidades, que contribuem para o enriquecimento da oferta no âmbito local, e conseqüentemente nacional e internacional.

Sancho e Malta (2015) apontam para a importância de a atividade turística buscar a conformação de relações de confiança e de cooperação, com o objetivo de promoção do bem-estar social e do desenvolvimento territorial. É justamente esse sentido de desenvolvimento que fundamenta as propostas de turismo de base comunitária (TBC).

Nesse contexto, muitos autores defendem o turismo comunitário como uma estratégia para que comunidades que sofrem com desvantagens históricas, viabilizem seus respectivos modos de vida (ALCÂNTARA; FEUSER; SAMPAIO, 2015). Ainda para Sampaio (2005) o turismo comunitário permite que as comunidades sejam protagonistas de seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida materialista-consumista tradicionais. Sendo assim, a proposta do TBC, como exposto por Sancho e Malta (2015), representa uma contraposição ao turismo convencional, caracterizado por experiências padronizadas e superficiais, notadamente dominado por empreendedores externos.

Dessa forma, é possível afirmar que as organizações de turismo comunitário tendem a permanecer críticas ao modelo de turismo convencional e ao próprio modelo de desenvolvimento capitalista (MATOS; ARAÚJO; TEIXEIRA, 2013). Assim, para Pasa Gómez et al. (2015) o turismo comunitário se caracteriza como uma “nova” forma de fazer turismo que se opõe ao turismo de massa, e como uma iniciativa que apresenta potencial de transformação social e de desenvolvimento sustentável local. Tal iniciativa tem como característica principal a busca pela qualidade de vida para os envolvidos, a procura por ganhos sociais e/ou ambientais no contexto local, e pelas iniciativas em prol da coletividade.

Irving (2009), destaca o potencial do TBC para promover a qualidade de vida, a inclusão, valorização da cultura local, e ainda é capaz de alimentar o sentimento de pertencimento das comunidades, por favorecer a coesão, o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade. Este tipo de turismo representa a interpretação ‘local’ do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, e o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo. Ainda para a autora:

O turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. (IRVING, 2009, p.111)

Coriolano (2009) define o turismo comunitário como:

aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes (CORIOLANO, 2009, p.282).

O protagonismo social resulta do sentimento de pertencimento e do poder de influência sobre os processos de decisão, e só pode ser expresso plenamente quando o ator social se reconhece como agente do processo de construção da realidade e da dinâmica de desenvolvimento (IRVING, 2009).

Além da inspiração endógena para projetos desta natureza, a perspectiva da participação das populações locais no processo de planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos, representa um elemento essencial para a

sustentabilidade das iniciativas propostas e para a garantia ética de conservação do patrimônio natural e cultural (IRVING, 2009). Ainda para Coriolano (2009), a atividade requer envolvimento profundo da população residente na construção de um processo que pode ser considerado um desenvolvimento, mas também apresenta forte ligação com o princípio da cooperação. Isso porque a ação comunitária não dispensa a iniciativa privada ou a participação pública, ao contrário, devem-se formar parcerias com setores público e privado nos projetos de desenvolvimento comunitário. Entretanto mesmo com a importância das parcerias a autora ressalta a importância do princípio da autogestão.

Nesse sentido Maldonado (2009) define algumas formas e graus de participação das comunidades, sendo eles: autogestão do negócio turístico; parceria de negócios com uma empresa privada; parceria comercial com operadoras de turismo; concessão de recursos comunitários em usufruto; trabalho assalariado para operários. E formas híbridas. Mas o que interessa destacar destas modalidades de participação é o grau de controle que a comunidade pode exercer sobre os bens da empresa, a gestão da mesma ou o poder de negociação ante os agentes econômicos e institucionais externos. A captação de benefícios depende do grau de “empoderamento” alcançado, fator chave para a realização dos objetivos de bem-estar da comunidade, equidade social e alívio da pobreza.

Estabelecer a natureza da comunidade também é de suma importância, segundo Maldonado (2009), e implica em definir os princípios, valores, normas e instituições que regem a forma de organização e convivência de um determinado grupo humano, que por sua vez os diferencia de outros atores da sociedade. O seu objetivo final é assegurar o bem-estar comum e garantir a sobrevivência de seus membros, preservando sua própria identidade cultural.

Na esfera institucional, a comunidade rege-se por normas sociais, econômicas e políticas que regulam os processos de tomada de decisão, alocação de recursos, aplicação de justiça e repressão de delitos (MALDONADO, 2009). Ainda para Sampaio et al. (2014), comunidades e seus modos de vida se confundem, o que possibilita encontrar no seu âmbito o principal atrativo do turismo, a convivência de inspiração comunitária. Característica esta que se torna um atrativo no âmbito do modo de vida material-consumista, caracterizando o patrimônio comunitário.

O patrimônio comunitário é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e

representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Através disso, se expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza. O turismo abre vastas perspectivas para a valorização do acervo do patrimônio comunitário. Diversas avaliações têm mostrado que, graças ao turismo, as comunidades estão cada vez mais conscientes do potencial que seus bens patrimoniais, ou seja, o conjunto de recursos humanos, culturais e naturais, incluindo formas inovadoras de gestão de seus territórios (MALDONADO, 2009).

Quanto às experiências de ação coletiva existentes, diversas redes do turismo comunitário têm funcionado nesta perspectiva de atuação. Na América Latina, existe a Rede de Turismo Solidário e Comunitário da América Latina (REDTURS), que tem como missão apoiar processos de formação de redes latino-americanas de turismo comunitário, diversificando fonte de emprego e renda, valorizando patrimônios, manifestações culturais e coesão social. A Rede acredita que sua atuação contribui para erradicar a pobreza, promover a igualdade de gênero e garantir a sustentabilidade do meio ambiente (MALDONADO, 2009).

Em nível nacional, existe a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Rede Turisol), criada, em 2003, para fortalecer o turismo comunitário no país, atuando na formação e na capacitação de agentes, na produção de conhecimento, observando impactos em políticas públicas, e na promoção e na comercialização de destinos que adotam o turismo comunitário. Algumas associações cearenses de turismo comunitário não tardaram a descobrir umas às outras, percebendo que suas premissas e seus desafios eram semelhantes e que, juntas, poderiam alcançar resultados com maior expressão. Esse sentimento culminou na Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum), em que treze comunidades compartilham experiências, lutam para conquistar melhorias para as localidades que representam e disseminam princípios coletivos na atividade produtiva (MATOS; ARAÚJO; TEIXEIRA, 2013)

Essa organização é fundamental para fortalecer a resistência contra a especulação imobiliária, os latifúndios e os grileiros de terras, a carcinicultura, a pesca industrial e a degradação do meio ambiente, problemas comuns entre as comunidades da Rede (MATOS, ARAÚJO, TEIXEIRA, 2013).

Petrzelka (2005) destaca a relevância de se preservar a importância local, em oposição à venda de terras para o “desenvolvimento”, destaca também a

heterogeneidade das comunidades, e como diferentes grupos podem desenvolver diferentes níveis de envolvimento e percepção com o turismo (que variam de acordo com inúmeras questões, dentre uma delas a questão de gênero, por exemplo).

Sendo assim, conforme apresentado por Matos, Araújo e Teixeira (2013), os moradores passam a desenvolver ações voltadas para a produção turística adaptadas aos pequenos rendimentos que as economias locais permitem, respeitando as microeconomias e amenizando a situação de pobreza nas localidades, rejeitando o turismo convencional. Vendo a importância de planejar e fortalecer tal reação, os moradores dispostos a defender os interesses de sua comunidade têm se organizado em nome dela, a fim de reivindicar e construir, na medida do possível, os benefícios sociais não providos pelo Estado e negados pelos interesses do mercado capitalista global, voltando-se para a importância a valorização da escala local.

Coriolano (2009) apresenta que o turismo de base local, se volta para a oferta de serviços, passeios, entretenimentos associados aos valores dos residentes, associado a atividades que dizem respeito à sustentabilidade socioespacial, priorizando valores culturais e descobrindo formas inteligentes de participação na cadeia produtiva do turismo, com produtos diferenciados. E, sobretudo, com uma visão própria de lugar, de lazer e turismo. Um turismo que não seja apenas voltado ao consumo, mas à troca de experiências, fortalecimento de laços de amizade e valorização cultural.

O turismo de base comunitária (TBC), tem sido promulgado como uma “nova” forma de fazer turismo que se opõe ao turismo de massa, e como uma iniciativa que apresenta potencial de transformação social e de desenvolvimento sustentável local. Tais iniciativas têm como característica principal a busca pela qualidade de vida para os envolvidos, a procura por ganhos sociais e/ou ambientais no contexto local, e pelas iniciativas em prol da coletividade (PASA GÓMEZ et al., 2015)

Frente às inovações tecnológicas e mudanças na organização de trabalho no meio rural, priorizou-se um modelo de desenvolvimento que privilegiasse a conservação da cultura rural, mais solidária, inclusiva e a preservação da biodiversidade. O turismo de base comunitária se apresenta como uma estratégia de sobrevivência e de conservação dos modos de vida e da biodiversidade, oportunizando às pequenas comunidades geração de renda e desenvolvimento (ALCANTARA; FEUSER; SAMPAIO, 2015)

Nesse contexto Maldonado (2009) apresenta que por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009).

Um aspecto primordial é que essa proposta se ancora em comunidades que se tornam sujeitos (protagonistas) no processo, ditando seu ritmo e direção. (SANCHO; MALTA, 2015). Para estes autores o TBC se configura, nesse sentido, como uma proposta de turismo que propicia um contato maior do visitante com o lugar e com seus moradores, permitindo, assim, uma troca intercultural. Esse tipo de vivência turística significa encontro e oportunidade de experiência compartilhada, onde ocorre a interação entre visitante e comunidade local, com trocas de desejos, expectativas, tradições, necessidades e modos de vida. Os visitantes têm interesse em conhecer a cultura local, adquirir os produtos locais, ter um contato mais intenso com os moradores, numa relação mais respeitosa com as pessoas e o lugar visitado.

Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009), destacam como o turismo comunitário engloba também a história de luta pela posse da terra, pela preservação do meio ambiente e pelo direito ao modo de vida tradicional. Ainda, o espaço rural brasileiro vem passando por um processo de mudanças, onde agricultores familiares, pescadores e ex-extrativistas que habitam esse espaço, vêm historicamente sendo excluídos do agronegócio e passam, portanto, a buscar novas alternativas de sobrevivência (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

Sendo assim, frente à essas necessidades específicas do meio rural, Maldonado (2009) expõe que o turismo, gerido sob os princípios do turismo comunitário, pode contribuir na revitalização da economia rural, gerando novas fontes de emprego e de renda. E ainda a valorização do patrimônio ambiental e dos acervos culturais pode significar vantagens competitivas para os negócios comunitários. Isso porque segundo Silva (2001) é possível, e cada vez mais necessária, uma reforma agrária que crie novas formas de inserção produtiva para as famílias rurais, seja nas “novas atividades agrícolas”, seja nas ocupações rurais não agrícolas (ORNAs).

2.3 TURISMO RURAL

Silva (2001) expõe que há no rural brasileiro ainda muito atraso e violência, por razões relacionadas com a forma como foi feita a nossa colonização, baseada em grandes propriedades com trabalho escravo. Ainda, de acordo com Miranda e Gomes (2016) em um país marcado pela tradição latifundiária como o Brasil, o acesso à terra, ao crédito e ao mercado são fundamentais para o desenvolvimento das populações que residem no meio rural.

Entretanto, a agricultura não é mais a melhor forma de reinserção produtiva das famílias rurais sem-terra, especialmente em função do baixo nível de renda gerado pelas tradicionais atividades do setor. Por isso é possível e cada vez mais necessária uma reforma agrária que crie novas formas de inserção produtiva para as famílias rurais (SILVA, 2001).

Ademais, as novas configurações do campo nas sociedades contemporâneas vêm resultando na denominada nova ruralidade. Nesse cenário, o meio rural ultrapassa a dimensão agrícola, à qual esteve vinculado durante bastante tempo, e abarca uma multiplicidade de funções, dentre as quais se destaca o turismo (RAMIRO; ROMERO, 2012).

Neste sentido Dinis (2011) destaca que o setor turístico tem sido referenciado na literatura e nos relatos de experiências como um setor particularmente promissor para as economias rurais, capaz de promover a diversificação e agregar esforços empreendedores.

Segundo Cavaco (2011), essa ideia na América Latina é relativamente recente, surgiu nas duas últimas décadas no contexto de grandes mudanças econômicas sociais e políticas, em particular com a vigência dos novos paradigmas de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social. No Brasil, o turismo rural é uma atividade bastante recente tendo acontecido pela primeira vez segundo registros oficiais em 1985 no município de Lages.

Nitsche (2012) destaca que nesse período inicial grandes fazendas de café e pecuária principalmente dos estados do sul e sudeste começaram a explorar o turismo no meio rural como negócio com instalações que no início eram rústicas e tinham como referência suas construções originais, mas depois foram se ampliando para constituir empreendimentos hoteleiros. Desde então existe um forte debate em torno

das diferentes concepções das atividades nas diversas regiões do país (MOURA et al. 2006).

Tulik (2010) identifica a utilização de uma diversificada nomenclatura para este tipo de turismo aliado aos ambientes rurais: turismo no espaço rural, turismo em áreas rurais, turismo verde, turismo de interior, turismo alternativo, agroturismo e turismo rural. Entretanto, como defendem Souza e Elesbão (2011), apesar de não existir uma definição universalmente aceita de turismo rural, é consensual que este ocorre em espaço rural e deve relacionar-se com as diversas vertentes que definem esse espaço, por isso é importante diferenciar turismo rural de turismo em espaço rural.

Algumas formas como resorts ou hotéis fazenda, uma vez que esses criam estruturas urbanas massificadas e de características globais, não se relacionam com os aspectos do ambiente rural. Assim, segundo Souza e Elesbão (2011), considera-se turismo rural todas as formas de turismo que tem lugar em áreas rurais e minimamente associadas com as características que definem esses espaços como rurais nas suas várias vertentes (funcional, ecológica, social e cultural) excluindo os tipos de turismo massificado e urbano, ainda que ocorram em espaços não urbanos.

Para Munoz, Nodari e Zanella (2006), o turismo rural se baseia em uma combinação da natureza com o contato humano e cultural, com pretensões de benefício mútuo turista-residente, e de baixo nível de impactos. De acordo com Pellin (2004), desenvolver atividades turísticas em espaços rurais contribuiu para a busca de um turismo de baixo impacto focado em pequenos empreendimentos, aliados à preservação do meio ambiente. Além disso é uma oportunidade de centralizar ações com objetivo de proporcionar emprego e renda para comunidade local e combater o crescimento acentuado do êxodo rural.

Assim, o turismo rural se apresenta como uma prática do turismo feito em pequena escala que considera as particularidades e especificidades das áreas rurais promovendo a diversificação da economia regional melhorando as condições das famílias rurais, interiorizando o turismo, diminuindo o êxodo rural, promovendo o reencontro dos cidadãos com as suas origens rurais e com a natureza, criando alternativas que valorizam atividades rurais, integrando propriedades rurais e comunidade e resgatando a autoestima do campesino. (MARTINS; MORETTI, 2004).

Novaes (2004) ainda define turismo rural como toda atividade turística que ocorre em propriedades rurais ativas, ou seja, naquelas em que agropecuária é a sua principal fonte de renda e a atividade turística entra com o incremento da mesma. Este

autor defende, que é função do turismo rural utilizar mão-de-obra, recursos e gestão local além de ser uma atividade estratégica para a proteção ambiental do espaço rural, capaz de garantir a manutenção de famílias no campo e conseqüentemente a conservação das atividades agrícolas tradicionais, além de estimular a preservação do patrimônio cultural respeitando sua diversidade.

Além disso, a necessidade de se implementar a infraestrutura básica afim de atender as necessidades do turismo pode beneficiar a comunidade local com saneamento básico, a pavimentação de estradas, o acesso à telecomunicações, ou a recuperação de áreas degradadas e conservação de parques e reservas (NOVAES, 2004).

No que se refere à infraestrutura em áreas não urbanas, como exposto por Dreher (2004), sabe-se que ela é variada podendo apresentar desde hotéis e restaurantes simples, até hotéis-fazenda e *resorts* sofisticados com serviços internacionais. Contudo é o contato com a natureza e a vida simples do campo que motiva a maioria dos visitantes a esses espaços. E é nesse sentido que entra a necessidade da diferenciação do turismo em espaço rural e turismo rural.

Mattei (2004) entende o que o turismo rural na agricultura familiar tem menor importância econômica para a geração de emprego e renda, e uma maior dimensão sociocultural na valorização da cultura e hábitos da trajetória histórica e dos recursos naturais, fatores estes que também são importantes quando se busca uma maior coesão social nas comunidades de agricultores familiares.

Em virtude disso o cenário agrícola em pequenos municípios parece tentar emergir para uma busca gradual da multifuncionalidade do seu espaço com a inserção de atividades não agrícolas (PELLIN, 2004). Além disso a pluriatividade se apresenta como uma nova vertente na busca do desenvolvimento para esses espaços. Segundo Silva (2004):

Essa combinação permanente de atividades agrícolas e não agrícolas, em uma mesma família, é o que caracteriza e define a pluriatividade, que tanto pode ser um recurso ao qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde, como também pode representar uma estratégia individual (SILVA, 2004, p. 137).

Ainda para Silva (2004), as características da pluriatividade variam de acordo com o indivíduo que a exerce, bem como das condições sociais e econômicas locais e do ambiente ou contexto em que ela ocorre.

Muñoz, Nodari e Zanella (2006), apresentam como possibilidade de atividade uma modalidade denominada como turismo pedagógico. Segundo esses autores, o turismo pedagógico se apresenta como “uma possibilidade de tornar o conhecimento pertinente, contextualizado e real, e a viagem é o elemento motivador para dar encanto à educação” (MUÑOZ; NODARI; ZANELLA, 2006, p.136).

Enfim, Souza e Elesbão (2011), partem da compreensão de que o turismo rural se constitui uma atividade econômica mas também uma importante atividade social tornando-se um fator de desenvolvimento rural por meio da criação de fluxos de pessoas e investimentos, possibilitando a participação das comunidades locais. Essa visão coloca como protagonistas e principais favorecidos as comunidades locais. Dinis (2011) argumenta também que a promoção e o apoio ao desenvolvimento endógeno, e a cooperação entre todos os atores locais bem como articulação com atores extra locais são elementos essenciais para o desenvolvimento bem-sucedido do turismo sustentável em territórios rurais e periféricos.

Deste modo, o turismo pode ser então um veículo de desenvolvimento das comunidades rurais e remotas, contanto que um turismo responsável e solidário com iniciativas e atividades de pequenas e médias dimensões, geradas pelas próprias comunidades, em convergência com o turismo comunitário (CAVACO, 2011).

Assim, podemos concluir conforme o exposto por Vieiro et al (2006), que o turismo rural surge como uma alternativa viável e rentável para os assentamentos rurais, onde os visitantes possam ter contato com as atividades desenvolvidas nos assentamentos, bem como conhecer a realidade e as ideias que são propostas pelo MST. E para os assentamentos, surge a oportunidade de obter um aumento em sua renda, e resgatar ou manter a sua cultura seus valores e ideais através da recepção de turistas em suas propriedades.

Embora o turismo em assentamentos rurais, possa abrigar uma multiplicidade de tipologias, esses tendem à prática da implantação do agroturismo, valorizando assim, o plantio e as criações animais do local. Porém outra modalidade turística que talvez possa ser propícia às áreas de reforma agrária é a implantação do turismo pedagógico, cujo principal objetivo seria a desmistificação do sujeito social presente nos assentamentos, cuja imagem propagada pela mídia brasileira é extremamente estigmatizada (RAMIRO; DIAS 2010). Assim, a prática do turismo em assentamentos do MST aparece não apenas como uma atividade não-agrícola capaz de gerar renda,

mas também como forma de preservar e compartilhar as culturas existentes nesses espaços.

O fato é que, conforme exposto por Nodari et al. (2005), o MST não esconde porque veio e o que quer, o que incomoda enormemente os setores elitistas da sociedade que preconizam uma verdadeira guerra midiática e uma mistificação do que seria o movimento. Porém o movimento não possui essa força midiática e suas ações e experiências bem-sucedidas simplesmente não chegam aos olhos e ouvidos dos brasileiros.

Por isso primeiramente, segundo Ramiro e Romero (2012), para pensar o turismo nesses espaços rurais marginalizados geograficamente e simbolicamente, é necessária uma inversão da visão tradicional sobre o mesmo, enquanto espaço somente de consumo. Visitar um assentamento pode trazer à tona aquele aspecto de nossa sociedade que estamos acostumados a naturalizar: uma antiga questão social e a enorme desigualdade social que a acompanha.

A abertura às visitas nos assentamentos do MST pode ser também capaz de servir para romper visões estigmatizadas sobre a reforma agrária, especialmente, veiculadas pelos meios de comunicação de massa, os quais os mostram, geralmente, como baderneiros, marginais e foras da lei (RAMIRO; ROMERO, 2012).

Assim, a atividade turística, na medida em que apresentam aos moradores dos núcleos urbanos a realidade dos assentamentos rurais de reforma agrária, pode auxiliar na desmistificação a respeito do funcionamento dos mesmos. E ainda, a implantação de atividades turísticas em assentamentos configura-se como uma alternativa para a valorização da agricultura familiar, atividade imprescindível para a produção de alimentos no país.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No presente capítulo serão abordados os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa. Com isso serão descritos e caracterizados o tipo da pesquisa, de acordo com sua natureza, a classificação quanto aos objetivos e os procedimentos técnicos adotados para analisar os dados coletados

A presente pesquisa, com base em seus objetivos, se classifica como de caráter exploratório, pois como defende Gil, (2002):

tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições (GIL, 2002, p. 41)

Ainda segundo Gil (2002), pode ser classificada como descritiva, pois “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42).

Portanto esse estudo se define como exploratório-descritivo em acordo com o que define Lakatos (2003): “são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas” (LAKATOS, 2003, p. 187).

Quanto à estrutura da pesquisa, seu caráter qualitativo é justificado por Perez (2005). Segundo o autor, tal característica, consiste em uma forma de interpretar a realidade e de entender os fenômenos em questão, utilizando como base as opiniões e experiências dos envolvidos e participantes na pesquisa.

Quanto aos procedimentos técnicos para a coleta de dados, esta pesquisa foi dividida em duas etapas, na primeira etapa foi realizada uma pesquisa bibliográfica que levou ao entendimento das questões da desigualdade social e a reforma agrária, da importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nesse cenário, e do turismo rural comunitário como possível ferramenta de desenvolvimento e mudança social.

Na segunda fase foi realizada a coleta de dados, com uma abordagem junto à comunidade do Assentamento Contestado. Essa etapa teve o objetivo de identificar

as demandas, interesses e potencialidades quanto à implementação do turismo como alternativa de desenvolvimento da comunidade.

O Assentamento Contestado foi escolhido como objeto de estudo por conveniência de pesquisa (proximidade com Curitiba), e também por ser uma referência em organização e educação. O assentamento já possui dezoito anos desde a conquista da terra, e ao longo de sua história se conquistou também infraestruturas básicas de serviço público como Unidade Básica de Saúde (UBS) e escolas de todos os níveis, destacando-se entre elas a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELLA).

No quadro abaixo estão apresentados os detalhes de cada objetivo específico, demonstrando quais instrumentos foram utilizados para coletar os dados.

QUADRO 1 – INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Objetivos específicos	Fontes de dados	Instrumentos de Coleta
Construir referencial teórico sobre as origens e a trajetória do MST, turismo rural comunitário, e as contribuições do turismo rural comunitário para a diminuição das desigualdades sociais no campo;	Secundária: fontes bibliográficas.	Coleta de dados em fontes bibliográficas.
Identificar as demandas e interesses da comunidade do assentamento do Contestado para o turismo.	Primária: entrevistas e observação.	Roteiro de entrevista semi-estruturado (apêndice); observação.
Propor projeto de turismo relacionado à implementação de atividades turísticas sustentáveis para o assentamento	Primária e Secundária: fontes bibliográficas	Coleta de dados em fontes bibliográficas.

FONTE: A autora (2017).

A coleta de dados, como explicitado no quadro acima, aconteceu de acordo com cada objetivo específico. Para a primeira fase da pesquisa, com o intuito de familiarização da autora sobre os temas estabelecidos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, buscando em fontes secundárias como livros e artigos científicos a construção de aporte teórico que permitisse aprofundar os conhecimentos sobre o MST, o turismo de base comunitária e turismo rural.

A segunda parte do trabalho foi desenvolvida por meio de entrevistas e observação não participante, tendo como objeto de estudo a comunidade do Assentamento do Contestado. Nessa fase foram empregadas entrevistas com os

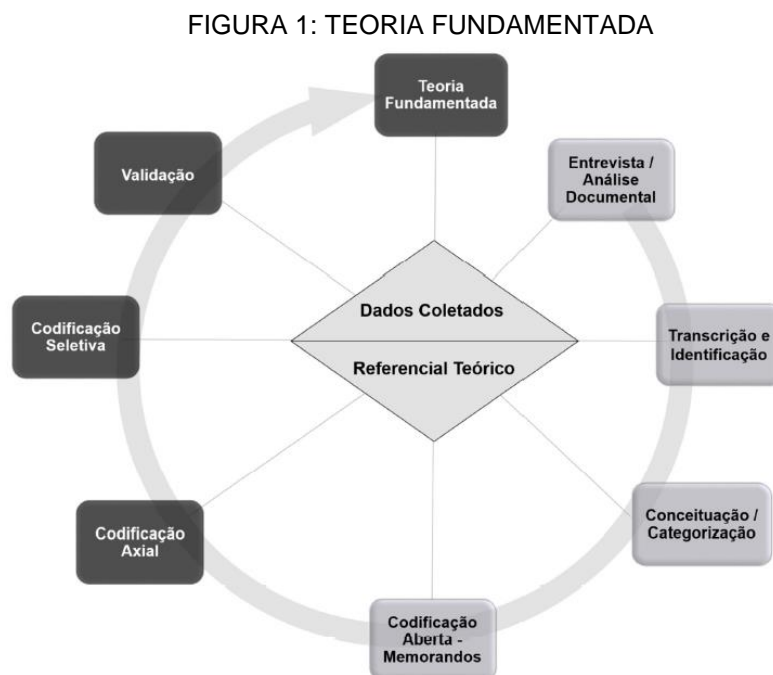
assentados, afim tanto de compreender melhor a comunidade, quanto identificar as demandas e interesses da comunidade do assentamento para o turismo. Para isto a pesquisa utilizou de roteiro de entrevista semiestruturado com perguntas abertas (apêndice 1) e observação não participante.

Durante três dias de coleta, foram realizadas nove entrevistas, conforme disposição dos membros da comunidade, relevância e eventual ligação ou conhecimento sobre o turismo. Entre os entrevistados foram abordados membros das famílias produtoras, estudantes da ELAA, membros da brigada da escola, bem como membros integrantes da coordenação geral do assentamento, na tentativa de abranger todo o universo da comunidade objeto da pesquisa, apresentada a seguir.

Na análise dos resultados da pesquisa, para exposição dos dados os entrevistados foram identificados com as letras A, B, C, K, L, M, X, Y e Z, para preservar o anonimato dos mesmos, bem como manter a objetividade na apresentação dos resultados.

A interpretação dos dados seguiu metodologia pautada na teoria fundamentada, que segundo Tarozzi (2011) trata de um conjunto de procedimentos para recolher e analisar dados que permite formular conceitos úteis para explicar o fenômeno estudado e possibilitar o diálogo científico.

Gomes (2015) esquematiza ainda a teoria a partir da seguinte figura:



FONTE: GOMES (2015, p. 78).

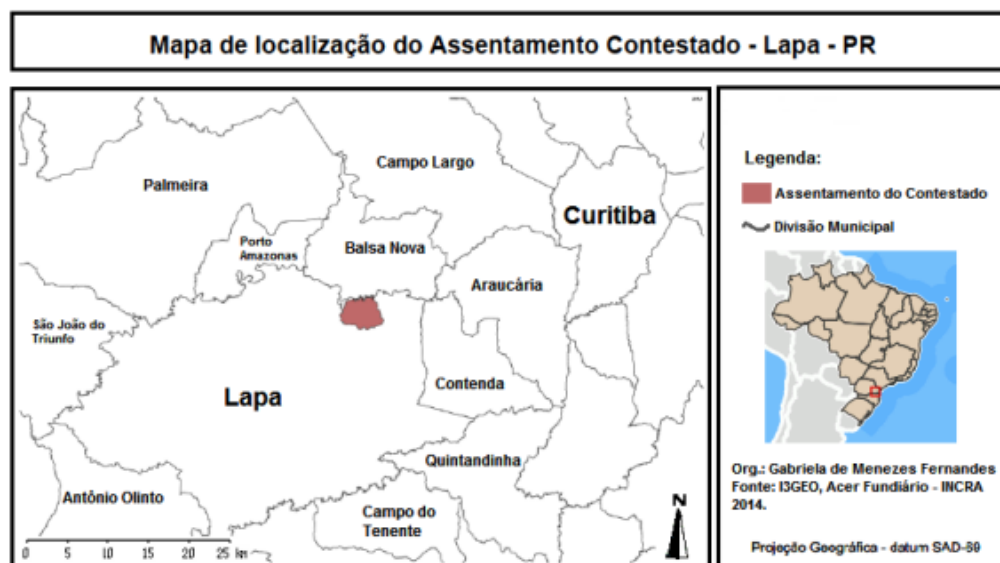
Na presente pesquisa, foram utilizadas as quatro primeiras etapas da teoria definidas por Gomes (2015) como na figura acima, consistindo em: entrevista e análise documental, transcrição e identificação, conceituação e categorização, finalizando com codificação aberta.

Assim, após a realização das entrevistas foi feita a transcrição das mesmas, e a análise dos dados seguiu parte das etapas da teoria fundamentada descritas acima: categorização e codificação aberta. Estas etapas, de forma sintética, consistem em identificar os fenômenos presentes nas falas de cada entrevista de acordo com variáveis de análise levantadas a partir do marco teórico, bem como registrar as ideias que vierem à mente sobre os dados analisados (GOMES, 2015).

3.1 OBJETO DE ESTUDO: ASSENTAMENTO CONTESTADO – LAPA

O assentamento Contestado está localizado na Lapa, região metropolitana de Curitiba, a cerca de setenta quilômetros da capital e quarenta quilômetros do centro de Lapa (FIGURA 2). O assentamento possui em torno de três mil hectares, dos quais mais de mil são áreas de proteção e conservação ambiental. Além disso, há setecentos hectares de reflorestamento, remanescente das atividades realizadas antes da ocupação e instalação do assentamento. (FERNANDES; FACCO, 2015).

FIGURA 2: MAPA DE LOCALIZAÇÃO ASSENTAMENTO CONTESTADO - LAPA PR



FONTE: FERNANDES E FACCO (2015).

Segundo o site do MST (2017), o assentamento abriga cerca de cento e cinquenta famílias numa área de mais de três mil hectares. Toda essa terra antigamente pertencia ao Barão do Serro Azul, e depois se tornou propriedade e uma indústria de cerâmica. Mas, em 1999, o MST descobriu que a empresa estava em dívida com a união e ocupou a terra, onde, apesar da conjuntura desfavorável da época, conseguiram conquistar o assentamento (MST, 2017).

O assentamento é organizado em núcleos, que são divididos geograficamente por área e congregam uma média de dez a quinze famílias cada um. A proposta desde o início era promover um assentamento voltado para a produção orgânica. Atualmente mais de oitenta famílias possuem hortas orgânicas certificadas, e fazem parte da Cooperativa Terra Livre, juntamente com outros agricultores do município (MST, 2017).

Além da cooperativa, o assentamento abriga a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), iniciativa do MST junto à Via Campesina que recebe militantes de toda a América Latina para que possam aprender e disseminar agroecologia. A escola surgiu em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e oferece dois cursos superiores reconhecidos pelo MEC: Tecnólogo em Agroecologia e Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza e Agroecologia (MST, 2017)

Assim, o assentamento Contestado é modelo de luta, exemplo não só da mudança estrutural que a sociedade precisa por meio da reforma agrária, mas da construção de um modelo de organização social calcado na cooperação, na ecologia e na emancipação humana, princípios defendidos pelo movimento e aplicados por meio da agroecologia. (MST, 2017).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foram realizadas nove entrevistas, entre membros das famílias produtoras, estudantes da ELLA, membros da brigada da escola, bem como membros integrantes da coordenação geral do assentamento, na tentativa de abranger todo o universo da comunidade, que, apesar de surgir como resultado da luta por um mesmo ideal dentro do movimento social do MST, se confirmou como uma comunidade heterogênea e diversificada, conforme demonstrado por Carter (2010), no marco teórico.

Para a interpretação das entrevistas, as respostas foram transcritas e analisadas de acordo com variáveis que se categorizaram nos temas: organização, produção, educação, infraestrutura, principais dificuldades e o turismo. Por serem temas que também se interligam os resultados no texto serão tratados de forma conjunta.

O entrevistado A destaca que o assentamento se localiza em área de manancial¹, e está inserido em duas áreas de proteção ambiental (APA): APA Escarpa Devoniana, e APA do Rio Iguaçu. Assim, segundo apontado pelo entrevistado X, aproximadamente um terço da área total consiste em área de lavoura.

Essa área foi dividida em cento e oito lotes. Com o passar do tempo essas famílias foram crescendo, bem como novas famílias foram alocadas para o assentamento e este também foi ganhando novos integrantes (como os estudantes da escola e outros militantes que dividem as tarefas e ajudam na construção do espaço coletivo, por exemplo). Atualmente vivem entre quinhentas e seiscentas pessoas no local. (ENTREVISTADOS A; C; M; X).

A organização no assentamento se dá por meio de núcleos e setores, por exemplo, de produção, educação, saúde, esporte e lazer. Estes estão em conformidade com a organização do próprio MST e a necessidade em estimular a ligação entre as famílias e dirigentes para consolidar a base do movimento, conforme exposto por Fernandes (2010).

¹ Manancial é a fonte de água doce superficial ou subterrânea utilizada para consumo humano ou desenvolvimento de atividades econômicas. As áreas contendo os mananciais devem ser alvo de atenção específica, contemplando aspectos legais e gerenciais. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2017)

O território do Contestado também é organizado em dez núcleos de base, constituídos de no mínimo sete famílias, com uma média de dez a quinze famílias por núcleo. São estes: “Che- Guevara, Gabriel Cais, Eduardo Agnoni, Iguaçu (agrovila), Antonio Tavares, Roseli Nunes, Evolução Camponesa, Libertação Camponesa, Sepeti Araújo e Lagoão” (ENTREVISTADO A; M).

A organização é coletiva, e normalmente cada núcleo possui de dez a doze membros na coordenação, sendo que cada membro é responsável por um setor. A coordenação de cada núcleo é rotativa, sempre escolhendo um homem e uma mulher (mas nunca um casal) de cada núcleo para integrar a coordenação geral do assentamento. “Dependendo do projeto, a decisão vai para a coordenação ou para a base, e essa organização funciona muito bem. Já os setores funcionam muito bem nos acampamentos, mas agora funcionam do jeito que dá” (ENTREVISTADO A).

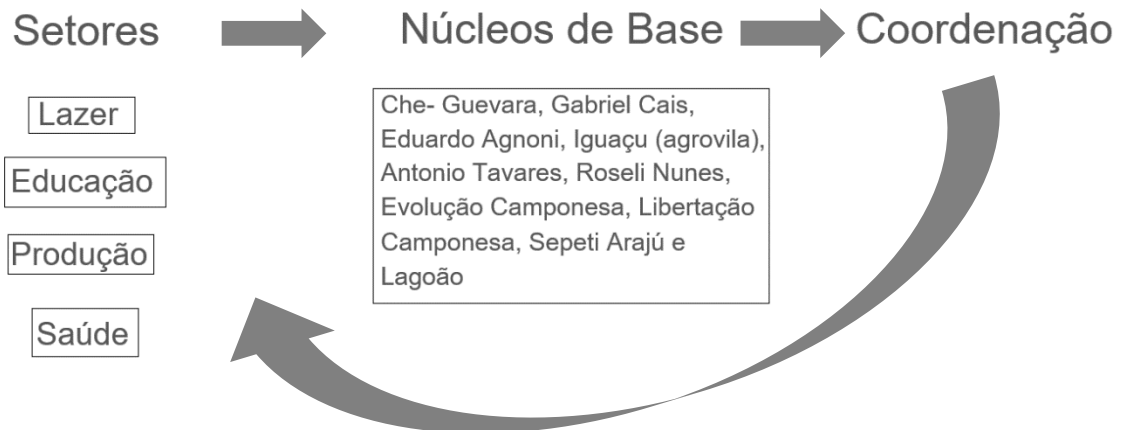
Segundo esse entrevistado, é no acampamento que se sinaliza e inicia a pré-divisão e um agrupamento das famílias (que irão mais tarde formar os núcleos), e ainda sobre isso também comenta: “No acampamento se tem uma união muito forte, mas nos assentamentos, a partir do momento que cada família recebe seu lote já é possível perceber uma maior divisão, é cada um por si” (ENTREVISTADO A).

Existe ainda a organização estadual de assentamentos, para a participação do movimento à nível nacional. Uma brigada² contém quinhentas famílias, assentadas ou acampadas, e o Assentamento Contestado pertence à Brigada Monge José Maria. Essa brigada exerce a função do setor estadual, que representa os assentamentos e acampamentos de uma região (ENTREVISTADO A).

Assim, foi possível observar na coleta de dados, que o sistema organizacional encontrado de fato coincide com a organização coletiva própria do MST demonstrada na literatura por diversos autores como Carter, Fernandes e Sigaud (2010). Também foi possível identificar que a organização e gestão encontradas na comunidade coincidem com os ideais comunitários de confiança e cooperação próprios do TBC, conforme evidenciado por Sampaio et al. (2014). No sentido de esclarecer esse sistema organizacional, foi elaborado organograma a seguir:

² As brigadas (com 200 ou 500 famílias) foram criadas para substituir as grandes regionais, permitir uma maior participação de homens e mulheres e facilitar a multiplicação de lideranças. Cada estado organiza suas brigadas de acordo com sua realidade geográfica e de construção do MST por meio da participação na militância (MIRANDA E CUNHA, 2013).

FIGURA 3: ORGANOGRAMA ORGANIZAÇÃO CONTESTADO



FONTE: A autora, 2017.

Segundo entrevistado X, a produção e educação sempre foram prioridades para o assentamento, por outro lado, a parte comunitária recebeu menos atenção o que acabou afetando parcialmente a união das famílias. Nesse sentido também é possível presumir o turismo como um mecanismo potencial para a rearticulação das famílias revalorizando os ideais, as tradições e o patrimônio comunitário. Conforme demonstrado por Maldonado (2009), graças ao turismo comunidades estão cada vez mais conscientes do seu potencial advindos dos recursos humanos, culturais e naturais, incluindo a gestão de seus territórios.

A respeito da produção, alguns entrevistados (A; X; M) destacaram que desde o início do assentamento, em 1999, quando foi assinado o decreto de desapropriação da Fazenda Santa Amélia, o contrato inicial do assentamento para a Reforma Agrária era que a destinação da propriedade fosse voltada para produção saudável de alimentos (na época nem se falava em agroecologia). Um dos motivadores para esse enfoque é a questão da água, tendo em vista que se trata de uma região de mananciais.

De acordo com entrevistado C, em 2006, o Congresso Nacional do MST definiu a agroecologia como pilar e definição política. Por isso o modelo de produção adotado e todos os esforços foram concentrados na produção e formação para a agroecologia. A agroecologia, conforme Gliessman (2001), é entendida como uma ciência que trata de um conjunto de práticas agropecuárias ou movimento social, e consiste na aplicação de conceitos e princípios ecológicos para o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. Ela tem um enfoque que vai além da perspectiva

tecnológica, levando em conta também aspectos socioeconômicos e de desenvolvimento rural. Ainda segundo entrevistado C, o diferencial desse modelo de produção é que:

O orgânico não rompe com a lógica da produção capitalista, a Monsanto por exemplo também produz alimentos orgânicos. O agroecológico integra todas as dimensões da saúde humana, emancipação, resistência e qualidade de vida (ENTREVISTADO C).

Deste modo, ao longo de sua existência, o assentamento adotou o ideal de trabalhar a agroecologia com as famílias assentadas. Mesmo assim existem ali três formas de produção: parte das famílias produz de forma agroecológica, enquanto outras produzem na forma convencional (utilizando agrotóxicos no cultivo de monoculturas); e ainda há aquelas que estão passando pelo processo de transição e cultivam nas duas maneiras (ENTREVISTADOS A; C; X).

De acordo com entrevistado X são aproximadamente 68 famílias com produção totalmente orgânica agroecológica ou agroflorestal com certificação realizada por meio da Rede Ecovida de Agroecologia³ de Certificação Participativa. Mas há 28 famílias que plantam soja (Entrevistado X). Há ainda os aposentados, que não produzem mais, e os chamados pelo entrevistado A de “pardais” que são os que trabalham fora do assentamento, caracterizando a pluriatividade presente nas famílias, conforme também demonstrado por Silva (2004) em outro estudo.

Isso mostra que apesar de toda a luta, ideologia e esforços contra o capital por meio da agroecologia, as dificuldades de desenvolvimento e emancipação ainda estão presentes nessa realidade do campo, e é nesse sentido que se apresenta o potencial da atividade turística como uma importante alternativa na multifuncionalidade desses espaços.

Existe uma cooperativa no local, criada em 2010, cujo o principal objetivo é estimular o desenvolvimento progressivo e a defesa de atividades econômicas e sociais de caráter comum. Assim, promove a melhoria da qualidade de vida dos cooperados, através da organização da produção agrícola, sua industrialização e

³ Rede horizontal e descentralizada, baseada na organização das famílias produtoras em grupos informais, associações ou cooperativas. Conta atualmente com 27 núcleos regionais, abrangendo cerca de 352 municípios. (ECOVIDA, 2017).

comercialização, a partir dos princípios da agroecologia (PRODUTOS DA TERRA PR, 2017).

A Cooperativa Terra Livre⁴, além de escoar a produção do assentamento para programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)⁵, organiza a comercialização dos produtores associados (inclusive produtores de outros municípios, quilombolas, faxinalenses e agricultores familiares) através de feiras e até do próprio site. O entrevistado B destaca que: “a produção é individual, mas a comercialização é coletiva” e entrevistado M coloca a cooperativa como “uma experiência de venda através de um processo lento de construção de rede”.

Por isso, além dos núcleos de base, o assentamento organiza as famílias produtoras com certificado agroecológico em sete grupos de agroecologia, que formam o Núcleo Maria Rosa de Agroecologia, e integram a Rede Ecovida de Agroecologia (com o apoio de outras organizações externas como a Universidade Estadual de Ponta Grossa). Desse núcleo Maria Rosa participam os núcleos de base: Che Guevara, Lagoão, Sepe, Libertação Camponesa, Roseli Nunes, Antonio Tavares, Iguaçu, Eduardo Agnoni e Gabriel Cais.

A luta pela educação sempre foi também uma prioridade no Contestado (ENTREVISTADOS M; X), bem como desde de o início houve a preocupação com a qualidade de vida dos assentados para que estes tivessem conforto e permanecessem na terra, seja por meio da educação, cultura etc. (ENTREVISTADO B).

No Assentamento estão presentes todos os níveis de escolarização, da Ciranda Infantil até o ensino superior (ambos sob responsabilidade da ELAA). No ensino fundamental os anos iniciais são ministrados na Escola Municipal do Campo Contestado e os anos finais, o ensino médio e a Educação de Jovens e Adultos acontecem no Colégio Estadual do Campo Contestado. Por questões estruturais a

⁴ A Cooperativa conta com 292 cooperados, nos municípios da Lapa, São Mateus do Sul, Antônio Olinto, Palmeira e Contenda (PRODUTOS DA TERRA, 2017).

⁵ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentado pela Lei 11.947 de 2009, nasceram como programas intersetoriais que, dentre outros objetivos, buscam efetivar e operacionalizar a necessária associação da produção familiar local e o consumo de alimentos em quantidade e qualidade compatíveis com o conceito de segurança alimentar, conforme definido pela Lei 11.346 de 2006 (DE CAMARGO; BACCARIN; DA SILVA, 2013).

Escola Municipal e o Colégio ainda dividem o mesmo espaço físico, mas há perspectivas de novas construções do Colégio Estadual (ELAA, 2017).

FIGURA 4: CIRANDA INFANTIL



FONTE: A autora, 2017

A Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA) surgiu em 2005 por meio de uma iniciativa da Via Campesina⁶ que recebe militantes de movimentos camponeses de toda a América Latina e Caribe e os indica para a escola. Assim dentre os estudantes encontramos brasileiros, paraguaios, bolivianos, chilenos, argentinos entre outros. Em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR) a escola oferece turmas de Tecnólogo em Agroecologia e de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza e Agroecologia, para que os estudantes possam aprender e disseminar agroecologia. Ainda conforme fala do entrevistado C, o objetivo principal da escola é “institucionalizar esses espaços de formação formal contra o capital, formando técnicos dentro do próprio assentamento para multiplicar (agroecologia) nas bases”.

⁶ A Via Campesina é uma articulação mundial de movimentos camponeses que tem defendido a existência dos diferentes modos de organização do trabalho familiar, comunitário e associativo em diversas partes do mundo (FERNANDES; MEDEIROS; PAULILO, 2009)

FIGURA 5: PLACA ELAA



FONTE: A autora, 2017.

A organização interna da escola (assim como a do movimento) também se dá de maneira comunitária e por meio de setores como por exemplo: produção, pedagógico, administrativo, comunicação etc. Existe ainda a brigada da escola, o equivalente a uma diretoria, que envolve normalmente de doze a quinze pessoas, e esses se reúnem semanalmente para tomarem as decisões de forma coletiva (ENTREVISTADO Y).

O espaço da escola é destaque, pois ele também funciona como sede do espaço comunitário no assentamento (ENTREVISTADA C; K; M). Neste espaço se promove tanto a integração dos alunos com as famílias do assentamento. É por meio dele que também ocorre a principal forma de contato com o público externo é feito principalmente através da escola.

FIGURA 6: ESPAÇO COMUNITÁRIO ELAA



FONTE: A autora, 2017

O contato para a coleta de dados da presente pesquisa, por exemplo, se deu por meio da escola e durante o período de coleta foi possível observar a ocorrência de alguns eventos como: encontro de mulheres do MST e uma palestra com uma equipe médica sobre violência infantil (voltada para a formação dos próprios assentados).

Ainda sobre esse importante papel agregador que a escola exerce para a comunidade, dentre os eventos que ela promove podemos citar dois relevantes para a comunidade e que têm potencial para o turismo. Primeiramente há o “Diálogo de saberes”, que é “uma interação dos estudantes da escola com as famílias do assentamento, tanto para os estudantes aprenderem com as práticas agrícolas das famílias, quanto para as famílias interessadas em se aprimorarem” (ENTREVISTADO C). E ocorrem ainda as “Noites culturais”, que promovem o intercâmbio cultural, uma vez que a escola, que é latino-americana, recebe alunos diversos países: “a Escola possui muita riqueza e diversidade de culturas. Até as mudas e plantas vêm de diversos países, que nossos alunos trazem” (ENTREVISTADO C).

Assim, foi possível observar que esses eventos de formação são muito comuns, logo o turismo já acontece no assentamento a partir daqueles que para lá se destina com a motivação de formação na ELAA. E ainda, conforme exposto pelo

entrevistado K “grupos vem conhecer a ELAA, conhecer a cultura, o assentamento, participar de encontros, ou organizar seus próprios congressos ou eventos, somente alugando o espaço”. A escola também é um canal de comunicação com o meio externo.

Em relação à infraestrutura para hospedagem e alimentação, anexo à escola existem alojamentos (que na ocasião da coleta estavam servindo de hospedagem para as participantes do encontro de mulheres). Há ainda diversas casas de apoio, onde os estudantes da ELAA, que geralmente passam um período maior no local, utilizam como sua residência (na coleta da pesquisa inclusive, a hospedagem foi em uma das casas que servia de moradia para estudante chilena).

FIGURA 7: ALOJAMENTOS COMUNITÁRIOS E CASAS DE APOIO



FONTE: A autora, 2017.

Há também uma Unidade de Saúde Básica (UBS) no local, inaugurada em 2015 (vide foto abaixo), conquistada graças à apoio de dois conselheiros no Conselho Municipal de Saúde da Lapa, como expõe entrevistado A. Porém segundo entrevistados B e L o atendimento é ainda uma questão complicada, principalmente pela falta de profissionais interessados em trabalhar no local. Pela falta de um atendimento convencional, a unidade acaba funcionando como um centro de saúde alternativo, onde uma das moradoras do assentamento, com formação técnica em saúde, Dona Maria, acaba sendo a figura principal com relação aos cuidados básicos dos moradores.

FIGURA 8: PLACA CONSTRUÇÃO UBS



FONTE: a autora, 2017.

O assentamento possui ainda um mercado comunitário, cujo principal objetivo é suprir as questões mais básicas, onde os lucros são comunitários e vão para a organização do movimento e para despesas como: custo dos produtos, viagens e encontros, investimento em infraestrutura do assentamento e o pagamento de dois funcionários que trabalham no local (ENTREVISTADO Z).

Diante do exposto pelos entrevistados, a dificuldade mais recorrente é a falta de mobilização e a falta de pensamento coletivo. Principalmente “depois da conquista da terra é cada um por si” (ENTREVISTADO Z); “No acampamento é mais “fácil” a questão da comunidade, no assentamento “é meu” (ENTREVISTADO C). A religião, de acordo com alguns entrevistados (B, X, Z), também é uma das grandes responsáveis pela falta de mobilização. Atualmente “a pessoa entra para a igreja e acaba esquecendo da militância” (ENTREVISTADO X).

A capacitação também é outro problema apontado pelos entrevistados. Segundo entrevistado A “não tem pessoas hábeis suficientes e as pessoas não

querem ser capacitadas”. Existem algumas estruturas que já existem no local, como por exemplo, a prensa de óleo e agroindústria, porém não funcionam por falta de matéria prima ou mão de obra capacitada. Outra dificuldade também muito apontada nas entrevistas é a falta de definição de um modelo de produção “tem que abraçar o modelo agroecológico como modelo de produção e não alternativa” (ENTREVISTADO A).

A respeito do turismo todos os entrevistados se mostraram abertos à possibilidade de implantação da atividade turística no local. Eles demonstraram interesse, apesar do pouco conhecimento sobre a atividade, e também indicaram possíveis atrativos em potencial como cachoeiras, quedas d’água e barragens. E como mencionado a atividade já acontece, apesar de não existir um produto ou um modelo estruturado implantado e um planejamento efetivo da atividade.

Esse fato fica claro na fala do entrevistado K: “o turismo já acontece, espontâneo e aleatório, grupos vêm conhecer a ELAA, a cultura do assentamento, visitar as cachoeiras e também visitar familiares, amigos e pessoas da comunidade”. Segundo entrevistado X, o assentamento já possui um fluxo turístico e o local já recebe em torno de três mil pessoas por ano: “têm inclusive um grupo de pastores da Alemanha que vêm em excursão todos os anos, para aprender os conceitos de agroecologia e também a questão da luta campesina” (ENTREVISTADO X). Por isso, para este entrevistado o maior atrativo é a agroecologia.

A atratividade da escola, bem como um fluxo turístico já estabelecido foi apontado também por entrevistado Y, que destaca que a escola recebe diversas visitas, principalmente de pesquisadores acadêmicos. Mas apontou também outros eventos de turismo rural, como as caminhadas da natureza organizadas pela Emater. Entretanto o entrevistado não soube dizer quando nem quantas pessoas visitaram o assentamento na ocasião, e segundo ele não há esse tipo de controle por parte do assentamento.

A respeito dos possíveis atrativos foram identificados diversos em potencial. O entrevistado A, por exemplo, vê como possível o turismo ecológico voltando à questão orgânica do assentamento. Ele acredita ainda que o turismo pode ser trabalhado pelos recursos naturais e humanos pois o Contestado tem uma estrutura que muitos assentamentos mais velhos não têm. O entrevistado B aposta também na agroecologia, além do centro de saúde alternativo e o casarão (que já é patrimônio tombado, e encontra-se em reforma, com planos para a visita, em parceria com o

Museu Paranaense). Já entrevistada L cita os atrativos naturais como quedas d'água livres, cachoeiras e barragens, as quais inclusive já apresentam visitas.

Quando questionados sobre as principais dificuldades nenhum entrevistado colocou a questão financeira como a principal. Dentre as respostas recorrentes está a falta de interesse em adotar o modelo agroecológico e de produção orgânica para atender as demandas já existentes, bem como a baixa capacitação e uma possível perda dos valores e ideias comunitários tradicionais.

Assim, pelos problemas apresentados o turismo apresenta-se como possível atividade a ser formalizada, uma vez que também já acontece. E a partir de um planejamento e uma gestão participativos e sustentáveis a atividade pode gerar a valorização da cultura e o resgate da autoestima do campesinato, conforme o exposto por Martins e Moretti (2004).

Fica claro, portanto, que o Contestado vem de um histórico muito forte de luta e conquistas, seja graças à sua organização, seja pela mobilização política. O fato é que a infraestrutura do local é diferenciada e realmente privilegiada, principalmente se comparada a outros assentamentos, conforme o exposto por Ondetti, Wanbergue e Afonso (2010). Essas características o colocam em uma posição privilegiada para trabalhar o turismo.

Assim, é possível finalizar a análise elencando os pontos fracos e fortes, bem como as oportunidades e ameaças apontadas nas entrevistas, que foram utilizados para se chegar à uma proposta de projeto de turismo. Como principal ponto forte temos o fato do turismo já acontecer por meio das diversas motivações (atrativos naturais, culturais, a agroecologia e o próprio movimento), bem como uma infraestrutura básica de serviços já disponível. Os pontos fracos seriam a perda do pensamento coletivo e a falta de mobilização que podem acarretar na perda de valores comunitário, e uma possível ameaça. Estes, porém, podem se caracterizar também como uma oportunidade, pois o turismo pode ser uma ferramenta de resgate deste sentimento para os campesinos.

5 PROJETO DE TURISMO

Diante da realidade encontrada na pesquisa de campo realizada no Assentamento do Contestado, se confirmou não somente a possibilidade e o interesse da comunidade para a implantação do turismo, mas uma forma “espontânea” da atividade já ocorrendo no local. Desse modo, entende-se como necessária uma estruturação mínima de planejamento para que o turismo seja uma atividade que possa levar benefícios para essa comunidade, bem como permitir a visitação de novas demandas de uma maneira ordenada.

No entanto, a ideia inicial da pesquisa procurava entender as possibilidades de contribuição do turismo rural comunitário para os assentamentos do MST num contexto mais amplo, dada a importância da luta do movimento e ainda assim o pouco conhecimento ou reconhecimento dessa realidade pela sociedade.

Considerando ainda a heterogeneidade nesses espaços, e a relevância da educação e formação coletiva e inclusiva dentro do movimento do MST, se propõe um projeto de formação em turismo para o movimento. Esse projeto pressupõe a formação de multiplicadores do turismo dentro dos assentamentos do MST para que de acordo com as definições do próprio movimento, ou das comunidades de diferentes assentamentos, a atividade possa ser empregada como uma alternativa para o desenvolvimento e sustentabilidade desses espaços.

5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO

O projeto, portanto, trata-se de um “curso” de formação em turismo para os agricultores interessados, tanto do assentamento contestado, quanto de outros assentamentos ou acampamentos ligados ou não ao MST. Por ser um projeto com cunho social e educativo, voltado à formação e informação para a implantação de atividades turísticas de forma comunitária no meio rural, este, assim como o trabalho da cooperativa Terra Livre, pode englobar outros agricultores familiares da região. Tendo como objetivo ser uma possível ferramenta de inclusão, indutora de desenvolvimento no meio rural e alternativa além da produção agrícola.

Dentro do planejamento geral pode englobar um público amplo, sendo nesse momento, porém, direcionado especialmente às famílias assentadas no

Contestado, mas não se limitando à estas. Essa formação tem o intuito de ser aplicada no local para a formalização imediata da atividade que já acontece de maneira espontânea. A intenção é que ele seja realizado no próprio espaço comunitário da ELAA, ministrado por técnica em turismo (no caso a própria autora) com início no próximo ano, de acordo com a disponibilidade também dos assentados.

Acredita-se que por meio desta formação na área, as famílias tenham a autonomia e o conhecimento necessário caso optem pela implementação do turismo como uma atividade complementar de desenvolvimento. Mas também acredita-se ser possível ao se optar por um projeto educacional, multiplicar esse conhecimento nas bases do movimento para que, se for o caso, aplicar em outras localidades que se julgue a atividade mais necessária (para a geração de renda por exemplo).

O projeto segue a linha de importância que o conhecimento e a educação têm dentro do movimento para a emancipação humana, promovendo uma maior liberdade e qualidade de vida para os trabalhadores da terra. Têm-se como princípio também a sustentabilidade através de ideais comunitários, defendidos tanto pelo movimento quanto pelo turismo de base comunitária, se afastando da lógica puramente econômica de ganho individual. Assim, mais que um curso, toma o formato de uma troca de saberes, levando para os assentados as contribuições que o turismo pode trazer, mas também aprendendo com sua organização e modo de vida.

5.2 ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO

Para a execução do projeto serão necessárias algumas ações prioritárias. A primeira delas é a apresentação do projeto para o assentamento em questão, para a delimitação de detalhes como levantamento de quantas pessoas ou quantas famílias se envolveriam diretamente e indiretamente com a atividade turística. Se faz necessária também uma divulgação dentro do movimento e da cooperativa para verificar o interesse de outros companheiros e agricultores.

Simultaneamente, é necessário o contato com a prefeitura da Lapa, para a formação de uma rede de suporte e para a integração do Contestado como atrativo junto ao contexto turístico local. Outros órgãos também podem ser acionados em busca de parcerias para formar essa rede de fortalecimento como por exemplo: Emater, Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), entre outros.

5.2.1 Descrição das Etapas para a Execução do Projeto.

Uma vez finalizados os detalhes, podem ser colocadas em prática as etapas do projeto que contará com seis módulos, trabalhados a partir de apresentações com conteúdo teórico e prático, apresentadas nos apêndices 2. O material serve de base para a apresentação dos temas a serem tratados nos módulos que se apresentam a seguir, ministrados uma vez ao mês, conforme quadro abaixo:

QUADRO 2: CRONOGRAMA ETAPAS DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Módulo 1	Sensibilização	Mês 1
Módulo 2	Cultura e patrimônio	Mês 2
Módulo 3	Serviços e atendimento	Mês 3
Módulo 4	Planejamento estratégico	Mês 5
Módulo 5	Formação de redes e Sustentabilidade	Mês 6
Módulo 6	Comercialização	Mês 7

FONTE: a autora, 2017.

Os módulos serão trabalhados a partir de duas apresentações elaboradas pela autora e colaboradores⁷, com base em conceitos teóricos, bem como diretrizes do Ministério do Turismo, que apresenta conceitos sobre o turismo de base comunitária e o turismo rural (apresentadas nos apêndices 2). Estas podem ser utilizadas como material de apoio nas aulas, mas não se limitando a elas, pois conforme citado, o curso segue uma lógica de educação por meio de troca de saberes, rodas de conversas e intercâmbio cultural. Assim por meio do apoio das apresentações poderão ser tratados os seguintes temas relevantes para a implementação da atividade turística de modo sustentável, voltada para a realidade e necessidades da comunidade.

Antes do início do curso, porém, se faz necessário um resgate do sentimento comunitário e do senso de coletividade, que também deve ser trabalhado ao longo de todos os módulos com as famílias, para a revalorização de seus ideias e modos de vida dentro da luta e ideologia do MST. Assim, por meio de processos participativos e de educação ativa, é possível trabalhar a proposta de turismo como uma alternativa

⁷ A apresentação sobre turismo rural foi elaborada pela autora em conjunto com a equipe da Paraná Projetos durante o período de estágio realizado pela mesma, e é aqui utilizada mediante autorização dos envolvidos.

de emancipação. Para isso o curso se dará conforme se apresentam nos módulos a seguir.

- **Módulo 1: Sensibilização**

Conteúdo do módulo: conceitos e reflexões - o que é turismo, quais as possibilidades (segmentos) e como essa atividade pode ser trabalhada no local e implementada na realidade dos assentados. Objetivo: verificar conhecimento prévio e esclarecer aos agricultores sobre as diversas possibilidades de implementação da atividade turística, apresentando a atividade dentro de modelos comunitários, como uma alternativa de desenvolvimento. Ao final levantar quais os desafios a serem superados para a implementação do turismo.

- **Módulo 2: Cultura e Patrimônio**

Conteúdo: conceitos e reflexões acerca do que é cultura, mostrando sobre a importância e valorização das vivências e tradições locais, e como a própria militância e luta do MST forma o patrimônio comunitário nesses espaços. Objetivo: verificar o que os próprios assentados acham mais importante em seus modos de vida e valorizar as questões básicas, como a produção e o modo vida no campo. Revalorização e resgate do sentimento coletivo e pertencimento com o patrimônio comunitário.

- **Módulo 3: Serviços e atendimento**

Conteúdo do módulo: serviços básicos necessários para a atividade como hospedagem e alimentação, comercialização dos produtos da cooperativa, possibilidade de realização de eventos, bem como a importância da acolhida e hospitalidade no atendimento. Chamar a atenção para quais as atividades e serviços que podem ser oferecidas (como eventos, ou feiras), valorizando a cultura e o patrimônio, mas sem descaracterizar o local, além de oferecer padrões de qualidade.

- **Módulo 4: Planejamento estratégico**

Conteúdo: Mostrar as etapas de um planejamento, evidenciando a importância de um diagnóstico (já construído aos poucos ao longo dos primeiros módulos),

e onde se pretende chegar a partir das potencialidades levantadas. Objetivo: levantar ao final os pontos fortes e fracos, e quais as possibilidades de implementação das atividades - quais as famílias que iriam se envolver, quais as responsabilidades de cada membro envolvido, quais os serviços e produtos a serem ofertados.

- **Módulo 5: Formação de Redes e Sustentabilidade**

Conteúdo: apresentar a importância da formação de redes, dentro de um contexto regional de cooperação e integração à roteiros, como por exemplo juntamente com o município da Lapa, outros assentamentos, outros roteiros rurais etc. Objetivo: resgatar a importância do trabalho em rede, mostrando a ligação de diretrizes do turismo, como a regionalização, e a importância desse trabalho em conjunto para concretização de ações de sucesso.

- **Módulo 6: Comercialização**

Conteúdo: nesse módulo, serão trabalhadas as alternativas de comercialização possíveis produtos para o turismo no assentamento. Assim foi deixado para o final para serem trabalhadas as atividades levantadas ao longo do curso pela própria comunidade. Como sugestão propõe-se roteiros de visita de um dia ou dois, incluindo café, vivência da comunidade, história e organização do movimento, bem como a agroecologia, que já se apresenta como um produto que é “informalmente” comercializado juntamente com a cooperativa. Objetivo: formalizar os produtos e os meios de comercialização, aumentando assim a efetividade dos mesmos.

Todos os módulos preveem dinâmicas e práticas, trazendo um pouco de definições e conceitos, mas muito mais de vivências e trocas de experiências. Ao início e final do curso se propõe atividade prática para delimitar o nível de conhecimento antes e depois das atividades. Ao final trabalha-se possibilidade de se realizar uma visita técnica em algum modelo de turismo rural de sucesso, como por exemplo algum assentamento que já trabalhe com o turismo como o São Francisco (Cascavel, PR) ou até os Assentamentos Coqueirinho (Fortim/CE) e Maceió (Itapipoca/CE), que fazem parte da Rede Tucum de turismo comunitário.

5.2.2 Descrição dos Recursos Humanos envolvidos em cada etapa

Para a realização desse projeto, se faz necessária a colaboração somente de parceiros e apoiadores. Por exemplo a Prefeitura da Lapa com integração e transporte, a Emater com possibilidade de mais cursos de capacitação (como por exemplo a qualificação através da transformação dos produtos agrícolas para agregar valor através de agroindústrias, por exemplo), do CPRA para divulgação e troca de tecnologias na agroecologia e assim por diante. Isso porque nesse primeiro momento se preza apenas a formação e informação dos agricultores para que optem ou não pela atividade turística como alternativa.

Neste primeiro momento, o recurso humano envolvido será somente a consultoria da própria autora e disponibilidade para ministrar as aulas. A intensão é que no futuro, caso a comunidade opte pelo turismo como atividade complementar já seja trabalhado ao longo do curso planos e metas para a implementação dessas atividades, como por exemplo a geração de empregos dentro do próprio assentamento em serviços como: recepção, cozinha, agendamentos, hospedagem etc.

5.2.3 Descrição do Orçamento e dos desembolsos por etapa

Dentre os custos fixos, o único que se apresenta em todas as etapas é o transporte da palestrante e a mão de obra, no caso as horas de consultoria da turismóloga. Para o transporte, os custos totais dos seis módulos somariam a quantia de trezentos reais, com o deslocamento de ônibus de Curitiba até a Lapa (o trajeto custa vinte e cinco reais, portanto cinquenta reais por módulo, totalizando trezentos de transporte para os seis módulos). Nesse caso conta-se com o auxílio para transporte feito pelos próprios assentados para o deslocamento da Lapa até o local.

Sobre o trabalho de consultoria da técnica, que se apresenta por meio da elaboração do material e as horas aula ministradas, o custo ficou definido em mil reais (quinhentos reais pelo material elaborado, mais quinhentos pelas horas trabalhadas - um total de quatro horas, sendo quatro horas por módulo a vinte reais a hora). Entretanto a pretensão é de um trabalho voluntário, portanto esse valor pode ser

negociado junto ao assentamento ou até proposto como uma forma de projeto de extensão junto à universidade.

Além disso a previsão é que todo o curso seja pautado na sustentabilidade, portanto sem cartilhas ou materiais impressos, aproveitando o máximo de recursos do próprio assentamento. O maior gasto será relativo à visita técnica, mas propõe-se realiza-la por meio de parcerias com a prefeitura (para o transporte) e do próprio destino a ser visitado (para cortesias na visita).

5.2.4 Avaliação do retorno do investimento

O curso será gratuito e totalmente inclusivo, cujo objetivo é compartilhar e multiplicar conhecimento e não capitalizá-lo, com potencial também ser trabalhado por meio de projeto de extensão da universidade e, portanto, sem previsão de retorno econômico. Entretanto, o ganho financeiro que isso poderá gerar, caso as famílias capacitadas optem por implantar a atividade turística como uma possível alternativa de desenvolvimento pode ser extremamente significativo dentro das realidades dos assentamentos. Divulgando inclusive a produção de alimentos, o que pode aumentar ainda mais a receita das famílias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho, de caráter exploratório, teve a pretensão de familiarizar a autora com os temas relacionados: turismo de base comunitária, turismo rural e o MST inserido nesse contexto rural, principalmente relacionado à luta pelas questões sociais no meio rural, estendendo-se ao meio urbano. Diante dessa realidade surgia a seguinte indagação: como o turismo pode ser uma alternativa de desenvolvimento para os assentamentos do MST? Essa pergunta encontrou resposta no modelo de turismo de base comunitária.

Ao longo da pesquisa ficou claro que o MST tem importante papel enquanto movimento social que engloba a luta contra a pobreza e a busca por uma melhor qualidade de vida dos trabalhadores rurais. Paralelamente, o turismo já é uma realidade quando se apresenta como alternativa de desenvolvimento para o meio rural se ministrado sobre uma outra ótica além da mera compreensão econômica.

Diante da indagação se o turismo se apresenta como uma possibilidade de desenvolvimento nesses espaços rurais, encontra-se resposta positiva na teoria levantada, bem como um turismo já acontecendo no local escolhido como objeto de pesquisa. Estudando o caso do assentamento Contestado, foi observado a construção de um modelo de organização social calcado na cooperação, na ecologia e na emancipação humana, princípios defendidos pelo movimento e aplicados nesse assentamento por meio da agroecologia, princípios estes que coincidem com as diretrizes de um turismo rural comunitário.

A luta pela terra, porém, não se restringe aos limites do espaço rural e é aí que o turismo pode se constituir como uma ferramenta de mudança social, auxiliando não somente no desenvolvimento das comunidades rurais assentadas, mas também na luta do movimento social. A atividade turística, na medida em que apresenta aos moradores dos núcleos urbanos a realidade dos assentamentos rurais de reforma agrária, auxilia na desmistificação a respeito do funcionamento dos mesmos. A implantação de atividades turísticas em assentamentos configura-se ainda como uma alternativa para a valorização da agricultura familiar, atividade imprescindível para a produção de alimentos saudáveis no país.

Visitar um assentamento pode trazer à tona aquele aspecto de nossa sociedade que estamos acostumados a naturalizar: uma antiga questão social e a enorme desigualdade social que a acompanha. Mas, primeiramente para pensar o

turismo nesses espaços rurais marginalizados geograficamente e simbolicamente, é necessária uma inversão da visão tradicional sobre o mesmo, enquanto espaço somente de consumo., e é aí que se insere a importância de se trabalhar sob os princípios do turismo comunitário, em contrapartida com a exploração de um turismo massificado.

Dessa maneira, mostrando, educando e mexendo com o imaginário das pessoas, é possível vislumbrar o turismo como uma forma de quebrar preconceitos. E assim por meio da atividade buscar a inclusão e defesa de lutas como a reforma agrária, que não só transpassa, mas conecta o rural com o urbano, na busca pela igualdade, ou pelo menos, diminuição da desigualdade no nosso país.

Como limitações da pesquisa, aponta-se a falta de estudos relacionados a esse tema na área de turismo, bem como a disposição de tempo da própria pesquisadora. Por isso se faz necessário um aprofundamento, com maior contato com o movimento, integrando mais assentamentos e ampliando o estudo para as questões de planejamento e interesses nas definições de políticas públicas, por exemplo. Outra delimitação seria o próprio tema, que se apresenta realmente como uma questão delicada e demanda pesquisas futuras.

Outro tema relevante é o questionamento sobre o quanto o turismo pode oferecer, não somente em termos de desenvolvimento econômico, mas sim em um sentido ainda mais amplo, de educação e intercâmbio cultural. Por meio do turismo em assentamentos aqueles que, pelo conhecimento raso possuem preconceitos em relação aos movimentos sociais como o MST, poderiam mudar sua percepção. Para isso é necessário a ampliação das fronteiras da investigação sobre o quanto e como o turismo envolvendo meio rural e movimentos sociais pode se configurar num instrumento de mudança cultural.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, L. C. S.; FEUSER, S.; SAMPAIO, C. A. C. Turismo de base comunitária: uma experiência na Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento do Rio Sagrado (Morretes, Paraná, Brasil). **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 342-359, 2015.
- BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Letra e Imagem, 2009.
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. Assentamentos rurais e o MST em São Paulo: do conflito social à diversidade dos impactos locais. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária do Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p.331-352.
- BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acesso em: 20 mai. 2017.
- CALVO-GONZÁLEZ, E. Construindo a comunidade: um assentamento do MST no nordeste. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária do Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p.353-372.
- CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária do Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010.
- CARTER, M.; CARVALHO, H. A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária do Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p.287-330.
- CAVACO, C. Turismo Rural Comunitário (TRC) e desenvolvimento local na América Latina - um olhar europeu. In: SOUZA, M. ELESBÃO, I. (org.). **Turismo Rural: Iniciativas e inovações**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- CAVALCANTI, K. B.; PAIVA, M. G. M. V. Turismo urbano e intervenção do Estado. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 46-55, 1993.
- CORIOLOANO, L. N. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário**. Fortaleza: UECE, 2009.
- CORIOLOANO, L. N. A Exclusão e a Inclusão Social e o Turismo. **Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**, v. 3, n. 2, p. 295-304, 2005.
- DE CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J. G.; DA SILVA, D. B. P. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, 2013. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6846>. Acesso em: 07 out. 2017.

DE LIMA, R. M. M.; DA COSTA, J. B. A.. Os Caminhos do Desenvolvimento no Turismo: o deslocamento da abordagem centralizada na renda para a abordagem com foco nas pessoas. **Turismo e Sociedade**, v. 7, n. 2, 2014.

DINIS, A. Para um turismo rural sustentável: empreendedorismo, estratégia de nicho e redes como factores de preservação e inovação. In: SOUZA, M. ELESBÃO, I. (org). **Turismo Rural: Iniciativas e inovações**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

DREHER, M. T. Planejamento do turismo em áreas não urbanas: envolvendo a comunidade. In: IV CITURDES. **Anais**. Joinville, 12 a 15 de maio, 2004.

ECOVIDA. Rede Ecovida de Agroecologia Disponível em: <http://ecovida.org.br/sobre/>. Acesso em: 07 out. 2017.

ESCOLA LATINOAMERICANA DE AGROECOLOGIA (ELAA). Disponível em: <http://elaa.redelivre.org.br/>. Acesso em: 04 ago. 2017.

FERNANDES, B. M. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (org). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária do Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p.161-198.

FERNANDES, B. M.; LEONILDE, S. M.; PAULILO, M. I.(org.).**Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FUCKS, P. M. Uma leitura do novo cenário rural e suas potencialidades de desenvolvimento a partir do turismo rural. in **Revista Espaço e Geografia - Os movimentos sociais e os usos alternativos do espaço agrário**. Programa de Pós - Graduação em Geografia da UnB. Volume 4 Nº 1, Janeiro 2001. Brasília. 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, B. M. A. **Políticas públicas de turismo: interação empresários-setor público em Curitiba sob a ótica institucional**. 203f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Curitiba. 2015.
<http://elaa.redelivre.org.br/assentamento-constestado/>

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: http://www.incra.gov.br/reforma_agraria. Acesso em: 30 abr. 2017.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiência brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. p.108-121.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Altas, 2010.

LAVILLE, C.; DIONNE, J.; SIMAN, L. M. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre; Belo Horizonte, MG: Artmed: Ed. da UFMG, 1999

MAIA, E. M. M. Turismo rural na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Tijuca Boa Vista em Quixadá (CE). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 15, n. 1, 2015.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MATOS, C. F. A.; ARAÚJO, M. L. S.; TEIXEIRA, M. S. G. Interesses, políticas públicas e desenvolvimento do turismo de base comunitária no Ceará. **Turismo Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 15, n. 3, p. 419-433, 2013.

MATTEI, L. Turismo rural e políticas para a agricultura familiar. In: IV CITURDES. **Anais**. Joinville, 12 a 15 de maio, 2004.

MEDEIROS, L. S. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. . In: CARTER, M. (org). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 113-136.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <http://www.meioambiente.gov.br/cidades-sustentaveis/aguas-urbanas/mananciais>. Acesso em: 07 out. 2017.

MIRANDA, R. S.; CUNHA, L. H. H. A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática. **Caderno CRH**, Salvador , v. 26, n. 68, p. 363-376, ago. 2013 .

MIRANDA, D. L. R.; GOMES, B. M. A. Desenvolvimento Rural e Políticas Públicas: um estudo de caso no Vale do Ribeira, PR, Brasil. **Guaju**, v. 2, p. 75-88, 2016.

MOLINA, S. E.; RODRÍGUEZ, S. A. **Planejamento Integral do Turismo: um enfoque para a América Latina**; tradução Carlos Valero. Bauru, SP, EDUSC, 2001.

MOURA et al. Diagnóstico do potencial turístico dos assentamentos rurais do município de Rosana. In: V CITURDES. **Anais**. Santa Maria, RS. 10 a 13 de maio de 2006.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Disponível em: <http://www.mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 18 abr. 2017.

MUÑOZ; NODARI; ZANELLA. Turismo no espaço rural nos assentamentos da reforma agrária. In: V CITURDES. **Anais**. Santa Maria, RS. 10 a 13 de maio de 2006.

NOVAES, C. A. Turismo rural e agroturismo diferenciado de turismo no espaço rural: uma proposta. In: IV CITURDES. **Anais**. Joinville, 12 a 15 de maio, 2004.

NITSCHKE, L. B.. **Desvendando o espaço vivido da comunidade de Guajuvira e sua relação com o turismo, em Araucária, Paraná (PR)**. 2012. 223f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-graduação em Geografia. Defesa: Curitiba, 27/03/2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/28041>>. Acesso em: 04 out. 2017.

ONDETTI, G.; WAMBERGUE, E.; AFONSO, J. B. G. De posseiro a sem terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará. . In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 257-284.

PAIVA, M. G. M. V. **Sociologia do Turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

PASA GÓMEZ, C. R. Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. v.13, n. 5, p. 1213-1227, oct. 2015.

PELLIN, V. O turismo no espaço rural como alternativa para o desenvolvimento local sustentável: um estudo de caso. In: IV CITURDES. **Anais**. Joinville, 12 a 15 de maio, 2004.

PEREIRA, H. Somos a perigosa memória das lutas. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 479-492.

PEREZ, A. Introdução à metodologia da pesquisa em turismo. São Paulo: Roca, 2005.

PETRZELKA, P. Rural tourism and gendered nuances. **Annals of Tourism Research**, v. 32, n. 4, p. 1121-1137, 2005.

PRODUTOS DA TERRA PR. Disponível em: <http://www.produtosdaterrapr.com.br>. Acesso em: 07 out. 2017

RAMIRO, P. A.; ROMERO, D. G. Papel do turismo frente às novas ruralidades: o caso dos assentamentos rurais. **Sustentabilidade em debate**. Brasília, v. 3, n. 2, p. 93-116, 2012.

SAMPAIO, C. A. C. Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8, n. 1, p. 42-58, 2014.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SAMPAIO, P. A. O impacto do MST no Brasil de hoje. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 257-284.

SANCHO, A.; MALTA, G. Pesquisa de Demanda para Turismo de Base Comunitária: desafios à promoção do encontro entre comunidades e viajantes. **Revista Turismo em Análise**, v. 26, n. 1, p. 38-67, 2015.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142-161.

SIGAUD, L. M. Debaixo da lona preta: legitimidade e dinâmica das ocupações de terra na mata pernambucana. In: CARTER, M. (org). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p.237-256.

SILVA, F. J. Pluralidade: o turismo rural como regador de novas oportunidades para a agricultura familiar e suas possibilidades de desenvolvimento local. In: IV CITURDES. **Anais**. Joinville, 12 a 15 de maio, 2004.

SILVA, J. G. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

SOUZA, M. ELESBÃO, I. (org.). **Turismo Rural: Iniciativas e inovações**. Porto Alegre: UFRGS, 2011

TAROZZI, M. **O que é grounded theory: metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados**. Trad. Carmem Lussi. Petrópolis: Vozes, 2011.

TULIK, O. Turismo e desenvolvimento do espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (org.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010.

VIEIRO. Representações dos sujeitos sobre as atividades de turismo rural no assentamento 30 de maio, município de Charqueadas/RS. In: V CITURDES. **Anais**. Santa Maria, RS. 10 a 13 de maio de 2006.

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

A- Entendendo o assentamento:

- 1- Quantas famílias vivem no assentamento?
- 2- Quais são as principais atividades?
- 3- Quem são os “responsáveis”/como se dá a organização? (Quais os núcleos?)
- 4- Quais as principais dificuldades vividas pelos assentados?

B- Possibilidade de turismo:

- 5- O que vocês entendem por turismo?
- 6- O que vocês entendem por turismo comunitário?
- 7- Qual o interesse da comunidade em implementar a atividade turística como alternativa de desenvolvimento?
- 8- Quantas famílias você acredita que se envolveria com a atividade?
- 9- O assentamento já teve alguma experiência semelhante?
- 10- Você conhece algum caso onde o turismo “ajudou” a comunidade?
- 11- O que poderia ser ofertado para o visitante ver no assentamento?
- 12- O que poderia ser ofertado para o visitante participar no assentamento?
- 13- Há eventos/ festividades?

APÊNDICE 2 – APRESENTAÇÃO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA



INTRODUÇÃO

- No que tange ao turismo e a sua relação com o desenvolvimento, percebe-se que autores da área têm seguido orientações mais amplas do significado do desenvolvimento, que ultrapassa os aspectos econômicos e, inclui dimensões vinculadas à melhoria da qualidade de vida das pessoas.
- Com relação a isso, se faz necessário discorrer mais a respeito do significado do meio ambiente enquanto valor social e sua relevância para a qualidade de vida das pessoas. O meio ambiente está entre os chamados bens públicos, que são aqueles que as pessoas não consomem separadamente, mas conjuntamente. Portanto, não há como, ou não deveria existir como, um determinado grupo social privatizar áreas de preservação ambiental e/ou algum outro serviço ou bem de caráter público. Mesmo sabendo dessa assertiva, percebe-se que no Brasil, esse direito tem sido violado e algumas áreas públicas têm sido privatizadas, mesmo que de forma indireta.

(LIMA E COSTA, 2014)

INTRODUÇÃO

- No turismo, o indicado é não permitir que algum ator da cadeia produtiva se instale em espaços que devem ter seus usos assegurados coletivamente, como também deve ser garantido o respeito aos limites de uso do meio ambiente.
- Entretanto, esse fato fica evidente quando se observam as áreas costeiras nordestinas. O processo de valorização desses espaços nas últimas três décadas propiciou a instalação de redes hoteleiras internacionais, fato que gerou, em alguns casos, a privatização de orlas inteiras.

(LIMA E COSTA, 2014)

INTRODUÇÃO

- O turismo pode valorizar espaços, gerar riquezas e promover relações de respeito entre povos e culturas ou pode sufocar as atividades tradicionais e os costumes locais, degradar o meio ambiente e excluir os residentes da localidade receptora da produção e até mesmo de suas terras.

INTRODUÇÃO

- Nesse sentido, turismo comunitário é uma estratégia para que populações tradicionais, independente do grau de descaracterização frente à hegemonia das sociedades urbanas industriais, sejam protagonistas de seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida materialista-consumista.

(SAMPAIO, 2014)

DESENVOLVIMENTO

- MTUR: Turismo de Base Comunitária, são iniciativas e atividades protagonizadas pelas comunidades locais que, se ordenadas e bem estruturadas, representam importantes experiências turísticas, agregando valor aos roteiros e geram emprego e renda para a região.

Conceituação

- Toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade do território e da autogestão dos recursos comunitários e particulares com práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados através da prestação de serviços visando o encontro cultural com os visitantes. (TURISOL, 2008).
- O turismo de base comunitária é aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária. (TUCUM 2008).

Características

- dimensão humana e cultural
- Antropológica
- Objetivos:
 - incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade
 - aprender com diferentes modos de vida

Características

- Patrimônio Comunitário = cooperação
- Capital social – Economia solidária
 - Equidade no trabalho e distribuição dos benefícios
- Afirmação Cultural

Legislação pertinente

- II Seminário Internacional de Turismo Sustentável realizado em Fortaleza (Ceará) em maio de 2008, foi anunciado publicamente o lançamento do **Edital 01/2008 do Ministério do Turismo** voltado para o financiamento específico de projeto de Turismo de Base comunitária
- **LEI N o 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 .**
- **PORTARIA Nº 179, DE 26 DE ABRIL DE 2012.**

- No cenário da agenda das políticas públicas do Governo Federal optou-se por considerar o desenvolvimento regional ou local como uma possibilidade para reduzir desigualdades e gerar trabalho e renda. Assim o apoio ao Turismo de Base Comunitária ocorre no âmbito do Departamento de Qualificação, de Certificação e de Produção Associada ao Turismo (DCPAT), da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTur), por meio da Coordenação-Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas (CGPE).

Potenciais impactos

- COMPLEXIDADE = impacto gerado por uma atividade muito competitiva e crescente internacionalizada em comunidades localizadas em regiões remotas, dedicadas às atividades tradicionais de sobrevivência, com poucas fontes alternativas de rendimento.
- A questão é como equacionar melhor as vantagens das atividades do turismo em uma comunidade sem deixá-la (a comunidade) com os problemas geralmente encontrados pelo turismo de massa: **ociosidade de mão de obra local durante a maior parte do ano, elevação anormal de preços, especulação imobiliária, segregação entre nativos e visitantes, trânsito, violência, consumo de drogas, prostituição e vulgarização da autenticidade; aumento do lixo e degradação do meio ambiente.**

Locais que trabalham com TBC em áreas naturais

- Pousada Uacari – Tefé, Amazonas;
- Hotel de Selva – Silves, Amazonas;
- Prainha do Canto Verde – Beberibe, Ceará;
- Projeto Sana Ambiental – Macaé, Rio de Janeiro;
- Pousada Pedras Negras – Curralinho, Rondônia;
- Associação da Acolhida na Colônia – Santa Rosa de Lima, Santa Catarina.

Cavalheiro, 2015

Boa prática de Turismo de Base Comunitária em Áreas Naturais

PARQUE NACIONAL CHAPADA DIAMANTINA

- Situa-se no centro do Estado da Bahia (BA) e foi criado pelo Decreto Federal N°. 91.655, de 17 de setembro de 1985;
- Ocupa uma área de aproximadamente 152.400ha.
- O objetivo, segundo o Decreto de Criação desta Unidade de Conservação, é proteger amostras representativas da serra do Sincorá, uma das feições que compõem a chapada Diamantina que, por sua vez, faz parte da serra do Espinhaço.

- Unidade de Conservação cujo bioma predominante é a Caatinga
- O Plano de Manejo Parque Nacional da Chapada Diamantina foi criado em 2007, elaborado pelo IBAMA.
- É uma área de uso público;
- Compõem todo seu território diversos municípios e comunidades;
- Possui aeroporto, diversos tipos de hospedagem, restaurantes, trilhas, diversos atrativos turísticos, trilhas e uma rica cultura.

Projeto Grão de Luz e Griô

- A história do projeto Grãos de Luz e Griô foi construída a partir da história de vida de muitas pessoas e entidades, seus afetos, saberes, conflitos e sonhos de um mundo melhor;
- Foi nomeada em 1998 como Projeto Grão de Luz e Griô, vindo da reunião de diversas ações sociais que já ocorriam na região;
- Possui gestão compartilhada com 7 pontos de cultura (coordenações regionais), assessorias pedagógicas, o Ministério da Cultura e conta com parcerias de empresas privadas.

O projeto incentiva o desenvolvimento das comunidades através de:

- Educação ambiental;
- Formação de Jovens aprendizes;
- Rodas de conversas;
- Trilhas Griô;
- Oficinas e Cursos;
- Incentivo a produção de artesanato local e comercialização destes;
- Publicação de livros e vídeos;

Grupo Calumbé de Turismo de Base Comunitária

- Surgiu de uma parceria entre o Projeto Bagagem, de São Paulo e a ONG Grãos de Luz e Griô, de Lençóis/BA.
- Treinamento de jovens da comunidade para guiarem as trilhas propostas
- O foco do Calumbé é a preservação das belas trilhas que compõem o cenário de três comunidades da Chapada: Remanso, Luna e Capivara, através da educação ambiental
- Envolve várias pessoas das comunidades, despertando a valorização do espaço em que vivem.

- Diversos jovens se formam como agentes de turismo e aprendem a fazer toda gestão do trabalho – desde previsão orçamentária, aluguel de pousadas até guiar os turistas.
- De acordo com Cecília Zanotti, educadora do projeto:
 - "Ganham também quando aprendem mais sobre sua cultura, identidade, se reconhecem parte da região. A ideia é que perpetuem essa ideia e passem a ser jovens contadores de história“;
 - "O dinheiro que conseguimos com a venda das trilhas é dividido entre os jovens e três associações que representam os moradores dessas comunidades. Nossa ideia é incentivar os moradores a produzirem coisas, venderem para esses turistas e terem sua sustentabilidade garantida,"

Trilhas

Trilha Griô das Ciências Tradicionais

- Duração 10 horas;
- Inclui:
 - Translado para a comunidade;
 - Refeições nas pousadas familiares;
 - Oficinas de saberes e fazeres tradicionais;
 - Passeio de canoa no Rio Marimbus;
 - Roda de compartilhamento de experiências;
 - Forró pé de serra com Mestre Aurino e sua sanfona de 08 baixos

Trilha Griô do Quilombo

- Duração 10 horas;
- Inclui:
 - Translado para a comunidade;
 - Roda de Conversa com a mestra de Partos Naturais e com o mestre raizeiro;
 - Refeições nas pousadas familiares;
 - Oficinas de saberes e fazeres tradicionais;
 - Banho no Rio Santo Antonio;
 - Lanche;
 - Samba de roda.

Trilha Griô do Garimpo

- Duração 6 horas;
- Inclui:
 - Visita ao Museu Vivo do Garimpo;
 - Banho no Rio Serrano;
 - Lanche na trilha;
 - Roda de Contação de história no Salão de Areia

Trilha Griô da Afrodescendência

- Duração 10 horas;
- Inclui:
 - Translado para a comunidade;
 - Visita a casa de Jarê;
 - Lanche de trilha;
 - Caminhada na mata;
 - Banho na Cahoeira da Capivara;
 - Roda de fogo com comida tradicional africana;

Importância para o desenvolvimento sustentável.

- O turismo comunitário oportuniza que visitantes conscientes - estudantes, professores, pesquisadores e simpatizantes - tomem contato com temas relacionados à preservação da natureza (sistemas ecológicos) e, ao mesmo tempo, a conservação de modos de vida tradicionais (sistemas sociais).
- Sampaio, (2014): contato com os visitantes e estrangeiros fortalece ainda mais os laços com a população visitada, o que contribui para que os encontros interpessoais minimizem ou desfaçam preconceitos entre as partes em contato.

Importância para o desenvolvimento sustentável.

- Ao mesmo tempo, os visitantes têm a oportunidade de tomarem consciência de que existem **alternativas ao modo de vida urbano material-consumista**.
- O turismo comunitário possui uma **vertente educativa** quando os aprendizados vivenciados servem tanto para **reforçar a autoestima das comunidades receptoras**, seja a partir das feiras de trocas solidárias ou do comércio justo, quanto para potencializar a superação das expectativas do visitante, sobretudo na ocasião em que a relação socioeconômica é substantiva entre visitado e visitante - distanciando-se da relação que se está acostumada parametrizada pela razão econômica individual (um ganha e o outro necessariamente não) -, e que possibilita vivenciar uma relação social parametrizada na convivencialidade, mesmo se ainda tenha algum caráter de relação econômica implícita

Considerações finais

“Nossa concepção de desenvolvimento do turismo é sustentado nos valores de solidariedade, cooperação, respeito pela vida, conservação e aproveitamento sustentável dos ecossistemas e da diversidade biológica que estes englobam. Conseqüentemente, nós somos contra qualquer desenvolvimento do turismo em nossos territórios que prejudique nossos povos, sua cultura e o meio ambiente.”

Declaração de San José sobre o Turismo Rural Comunitário

Não seria o momento para iniciar uma reflexão? Que lógica ou racionalidade é esta que está por trás da ação social que gera tamanhos impactos socioambientais? Um dia esta riqueza concentrada será finalmente redistribuída? O que deverá acontecer para que ela finalmente se inicie? À custa de uma tragédia colossal como inundações nas áreas costeiras provocadas por furacões, de um grande incêndio provocado por falta de umidade na atmosfera e temperaturas elevadas ou de mortes provocadas por suicidas fanáticos ou terroristas que encontram uma lógica própria compensatória a um sistema que lhe parecem injusto?

(SAMPAIO 2014)

Referências

- **Ação o Griô.** 2015. Disponível em: <http://www.acaogriô.org.br/>. Acesso em: 25/11/2015
- BARTHOLO, Roberto; SANZOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (organizadores). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- BRASIL. Constituição. (2007). **Plano de Manejo: Parque Nacional da Chapada Diamantina.** Brasília, DF: Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_chapada_diamantina.pdf. Acesso em: 25/11/2015
- LIMA, R. M. M. e COSTA, J. B. A. **Os Caminhos do Desenvolvimento no Turismo: o deslocamento da abordagem centralizada na renda para a abordagem com foco nas pessoas.** Turismo & Sociedade, v. 7, n. 2, p. 201-227, 2014.
- MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SANZOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (organizadores). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. P. 25-44.
- MATOS, C. F. A., ARAÚJO, M. L. S., TEIXEIRA, M. S. G.. Turismo Visão e Ação, v. 15, n. 3 - p. 419-433, 2013. **Interesses, Políticas Públicas E Desenvolvimento Do Turismo De Base Comunitária No Ceará**
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce et al. **Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarrriquenha.** *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 42-58, 2014.

Sites consultados:

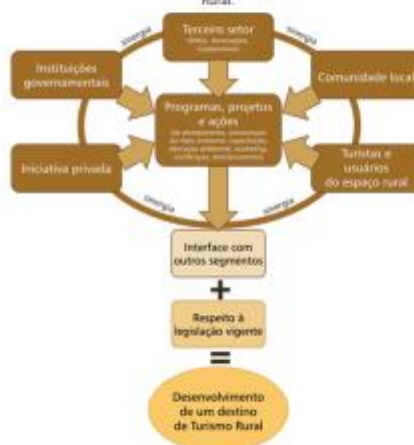
APENDICE 3 – APRESENTAÇÃO TURISMO RURAL

Vamos trabalhar juntos?



Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural

Interrelações entre os diversos atores e setores dos destinos de Turismo Rural.



Objetivos:


- ordenar o segmento Turismo Rural;
- promover e estimular a eficiente informação/comunicação no setor;
- promover a articulação de ações institucionais e intersetoriais;
- promover e viabilizar incentivos para o desenvolvimento da atividade;
- incentivar e apoiar formas eficientes de promoção e comercialização;
- promover e estimular o capacitação de recursos humanos;
- estimular o envolvimento das comunidades locais; e
- promover, incentivar e estimular a criação e a adequação de infra-estrutura para o setor.





Fonte: Ministério do Turismo. Turismo rural: orientações básicas, 2010.

DIRETRIZ 1 – Ordenamento

- Identificação da legislação pertinente
- Desenvolvimento de estudos comparados das legislações
- Promoção de discussões intersetoriais e institucionais
- Estabelecimento de normas, regras e procedimentos específicos
- Levantamento, classificação e cadastramento dos serviços
- Identificação da demanda

 - Organizações governamentais

 - Iniciativa privada

 - Organizações não-governamentais

 - Comunidade
DIRETRIZ 2 – Informação e comunicação


- Fomento à produção e disseminação de conhecimento
- Criação e disponibilização de rede de informação
- Fortalecimento e consolidação do Turismo Rural no Brasil


DIRETRIZ 3 – Articulação


- Valorização e fortalecimento de fórum com representatividade nacional
- Estímulo à criação e fortalecimento de instituições e órgãos representativos do Turismo Rural
- Estabelecimento de convênios, acordos e parcerias interinstitucionais e intersetoriais

**DIRETRIZ 4 – Incentivo**

- Identificação de fontes de cooperação e captação
- Negociação de crédito diferenciado
- Simplificação de mecanismos de concessão de crédito
- Definição de critérios de alocação de recursos para financiamento de infra-estrutura
- Fomento e apoio a iniciativas de pequenos e microempreendedores
- Elaboração e efetivação de estratégias e ações eficientes para a promoção e comercialização de produtos e serviços
- Criação de mecanismos que priorizem a qualidade de produtos e serviços

 - Organizações governamentais

 - Iniciativa privada

 - Organizações não-governamentais


 - Comunidade
DIRETRIZ 5 – Capacitação


- Identificação das diferentes necessidades de capacitação
- Avaliação de programas, metodologias e parcerias
- Elaboração conjunta de políticas, programas, planos e projetos específicos de profissionalização
- Promoção de cursos de qualificação e de aperfeiçoamento profissional
- Apoio e promoção de eventos locais, regionais, nacionais e internacionais




DIRETRIZ 6 – Envolvimento das comunidades

- Identificação dos territórios com vocação para o Turismo Rural
- Promoção de encontros e intercâmbios
- Planejamento do desenvolvimento territorial de forma integrada e participativa

 - Organizações governamentais

 - Iniciativa privada

 - Organizações não-governamentais

 - Comunidade

DIRETRIZ 7 – Infra-estrutura

- Mapeamento regional para identificar as necessidades de infra-estrutura
- Identificação das responsabilidades e competências dos envolvidos
- Implantação de infra-estrutura



Fonte: Ministério do Turismo. Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural, 2004.

Perfil do turista do segmento

O consumidor de Turismo Rural tende a buscar a aproximação com ambientes naturais e com a ruralidade – a paisagem deve representar um indicador de que ele está fora do seu ambiente de rotina –, não se tratando simplesmente de uma viagem, mas sim uma experiência diferente e autêntica. Conhecer o perfil do consumidor é imprescindível para a oferta de produtos que atendam às suas expectativas, tornando mais eficientes as ações de estruturação, promoção, divulgação e comercialização.

De modo geral, os turistas desse segmento apresentam algumas características:

- São moradores de grandes centros urbanos;
- Possuem entre 20 e 55 anos;
- São casais com filhos e/ou amigos;
- Possuem ensino médio e/ou superior completos;
- Deslocam-se em automóveis particulares, em um raio de até 150 km do núcleo emissor/urbano;
- Fazem **viagens de curta duração**, em fins de semana e feriados;
- **Organizam suas próprias viagens ao meio rural**;
- **Têm na internet e nos parentes e amigos** sua principal fonte de informação para a preparação da viagem;
- São apreciadores da culinária típica regional;
- **Valorizam produtos autênticos e artesanais**;
- Levam para casa **produtos agroindustriais e/ou artesanais**.

Fonte: Ministério do Turismo. Turismo rural: orientações básicas. 2010.



PESQUISA REALIZADA PELO SEBRAE (2012) com pessoas que viajaram pelo menos uma vez nos últimos 12 meses

- Perfil 1: classes B2 e B1, 35 - 50 anos. Casados e com filhos: “Silêncio. Come-se bem. **Tem que ser autêntico.**”
- Perfil 2: classes B2 e B1, entre 25 - 32 anos. Solteiros e sem filhos: “**Come-se bem. Tem que ser autêntico.**”
- Perfil 3: classe C, entre 25 – 45 anos: “Natureza. Em muitos dias torna-se entediante.”
- Perfil 4: homens e mulheres, com mais de 55 anos: “Para períodos curtos e com a família. Desconfortável.”
- Perfil 5: jovens, entre 16 - 22 anos: “Me sinto desconfortável no ambiente rural.”
Longe. Faltam atividades.

Fonte: CNTUR e SEBRAE. Pesquisa: perfil do turista e dos segmentos de oferta, 2012.



Informação/Estímulo	Principais percepções do consumidor
Viajar para mim é...	Conhecer algo novo. Diversão. Lazer. Escapar. Traduzir sonhos em realidade. Prazer, satisfação e realização. Renovar, conhecer, aprender.

Turismo Rural

- **Tranquilidade:** a tranquilidade foi atribuída ao turismo rural como um dos principais elementos de atratividade, motivando a escolha por um destino com estas características. Expressaram sentimentos de valorização do espaço, do silêncio, da **relação do homem com o campo**, a natureza, a vivência destes momentos em família e a desaceleração como forma de reduzir os impactos da dinâmica do cotidiano em cidades grandes sobre a qualidade de vida das pessoas. Um momento de fuga para um lugar tranquilo.
- **Autenticidade e qualidade:** o turismo rural requer, na opinião dos participantes da pesquisa, autenticidade e a preservação de valores tradicionais passados de geração para geração, no jeito de viver e nos saberes. **A ausência desta autenticidade gera sentimento de frustração.** Outro aspecto importante, evidenciado pelos consumidores, é a insegurança quanto a qualidade dos serviços e empreendimentos do turismo rural – principalmente ao **conforto, acessos e higiene.**
- **Curta permanência:** mesmo apontado como um segmento de turismo atraente à maioria dos participantes da pesquisa, o turismo rural não oferece muitas opções de atividades, na percepção destes consumidores, o que determina a curta permanência no destino visitado. O grupo de consumidores mais jovens não se identifica com este tipo de turismo pela distância – isolamento – e poucas atividades interessantes para essa faixa etária.

Fonte: CNTUR e SEBRAE. Pesquisa: perfil do turista e dos segmentos de oferta, 2012.



Desafios e perspectivas

É neste contexto que se encaixa o *turismo de experiência*, onde o turista deixa de ser um mero espectador e passa a ser protagonista do processo. Não basta ver a horta, é preciso fazer a colheita dos produtos. Ele não quer somente comer uma comida típica da roça, mas participar do processo de elaboração do prato e apreender a história e cultura que estão nele embutidos.

Ao permitir que o turista experimente a vida no campo, cria-se uma oportunidade de negócios, voltadas ao resgate de valores pessoais e imaginários, como uma tarde que passou no sítio de seus avós quando era criança, corrida de baixo de um pé de manga ou a visita a tia que fazia pamonha e o bolo de fubá quentinho, acompanhado do café torrado e moído no sítio. São momentos inesquecíveis que tornam cada viagem única!



Fonte: IDESTUR E SEBRAE, Panorama Empresarial do Turismo Rural, 2012.

ASPECTOS POSITIVOS DO TURISMO RURAL

Os empresários entendem como os principais aspectos positivos do setor:

• AGREGA VALOR À PROPRIEDADE

Agregação de valores nos produtos e cadeias produtivas com o surgimento de novas oportunidades de negócios para o produtor rural.

• DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES

Diversificação das atividades desenvolvidas no meio rural.

• REDUÇÃO DO ÊXODO RURAL

As famílias que conseguem renda capaz de prover seu sustento com as atividades desenvolvidas na propriedade não deixam o campo em busca de empregos na cidade.

• CONSCIENTIZAÇÃO DOS TURISTAS

Oportunidade de promover e resgatar as áreas naturais através da preservação ambiental. Contribui para a inclusão social dos moradores do entorno das propriedades que desenvolvem as atividades.

• VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS NO MEIO RURAL

Possibilidade de oferecer aos turistas ótimas experiências com a vivência rural, onde podem interagir com os animais e ter contato com a rotina do campo.

• RESGATE CULTURAL

O turismo rural permite o resgate histórico e cultural da localidade, apresentados em diversos produtos e serviços oferecidos ao turista. Este tem a oportunidade única de imersão nos costumes da comunidade.

• PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Através do desenvolvimento do turismo rural é possível preservar o patrimônio histórico e cultural de uma determinada localidade.

• AUMENTO DE RENDA

A atividade do turismo rural possibilita uma melhor distribuição de riquezas, principalmente entre os pequenos produtores rurais, como um complemento de suas rendas. O segmento apresenta bastante potencial com perspectivas para desenvolvimento local, regional e nacional.

• PRODUTOS OFERTADOS

São diversos produtos ofertados aos turistas que buscam o meio rural como apreciação da paisagem, vivência rural, gastronomia típica, cultura caipira, tranquilidade do campo, além de ar puro, hospitalidade e muitas atividades que podem ser desenvolvidas aproveitando os recursos naturais do destino.



ASPECTOS NEGATIVOS DO TURISMO RURAL

As informações obtidas neste ano são muito semelhantes às informações recolhidas com os empresários que responderam as pesquisas em 2011. Eles percebem como aspectos negativos:

- **FALTA DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO SETOR**

O setor precisa se aprimorar quanto à profissionalização, respeito às normas, tarifas e estruturação da oferta. Apesar da crescente demanda dos turistas por este segmento, a atividade no País ainda é incipiente. Alguns empresários não acreditam nas perspectivas do segmento por desconhecerem o seu potencial econômico.

- **COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO INEFICIENTE**

Dificuldade de se comunicar com o mercado para divulgar os produtos e serviços existentes.

- **BAIXA QUALIFICAÇÃO**

Preocupação de evitar possíveis impactos sociais, culturais e ambientais.

- **FALTA DE INFRAESTRUTURA BÁSICA**

Falta de infraestrutura de acesso aos produtos.

- **FATORES EXTERNOS**

Pelo fato de ocorrer no meio rural, com a maior parte das atividades realizadas ao ar livre, está sujeito às intempéris do tempo (clima).

- **DIFICULDADE DE ACESSO AO MERCADO**

Dificuldade dos empresários de acessarem o mercado turístico tradicional.

- **FALTA DE INCENTIVOS**

Existem poucas linhas de incentivo para investimento no turismo rural. Além disso, percebe-se que a maioria dos empresários desconhece os existentes.

- **NÃO HÁ A PRÁTICA DE PARCERIAS**

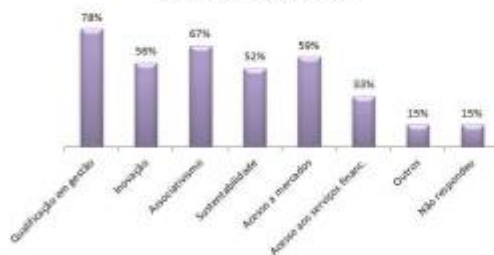
Dificuldades com a cultura associativista e na construção de parcerias com órgãos municipais. É necessário incentivar a prática do associativismo para melhorar a união entre os empresários do turismo rural.



PRINCIPAIS CARÊNCIAS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO TURISMO RURAL

Apresentam-se como as principais dificuldades dos empresários a falta de qualificação em gestão empresarial, a dificuldade de acessar o mercado, a falta de conhecimento sobre sustentabilidade (seja ambiental, social ou econômica), a dificuldade em obter financiamentos e, por fim, a falta do espírito de parceria para trabalhar em conjunto com os demais empresários do setor.

As principais carências das micro e pequenas empresas do turismo rural.



São citadas com as principais carências dos empresários: falta de qualificação em gestão (78%), falta de associativismo (67%) e a dificuldade de acessar novos mercados (59%).



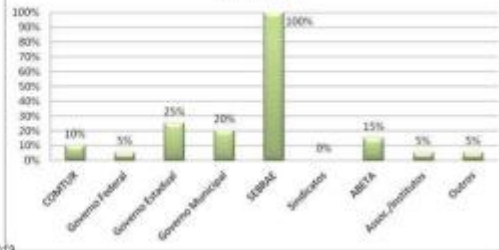
APOIO NA IMPLANTAÇÃO DA ATIVIDADE

Houve apoio na elaboração de plano de negócios, implantação e manutenção do negócio?

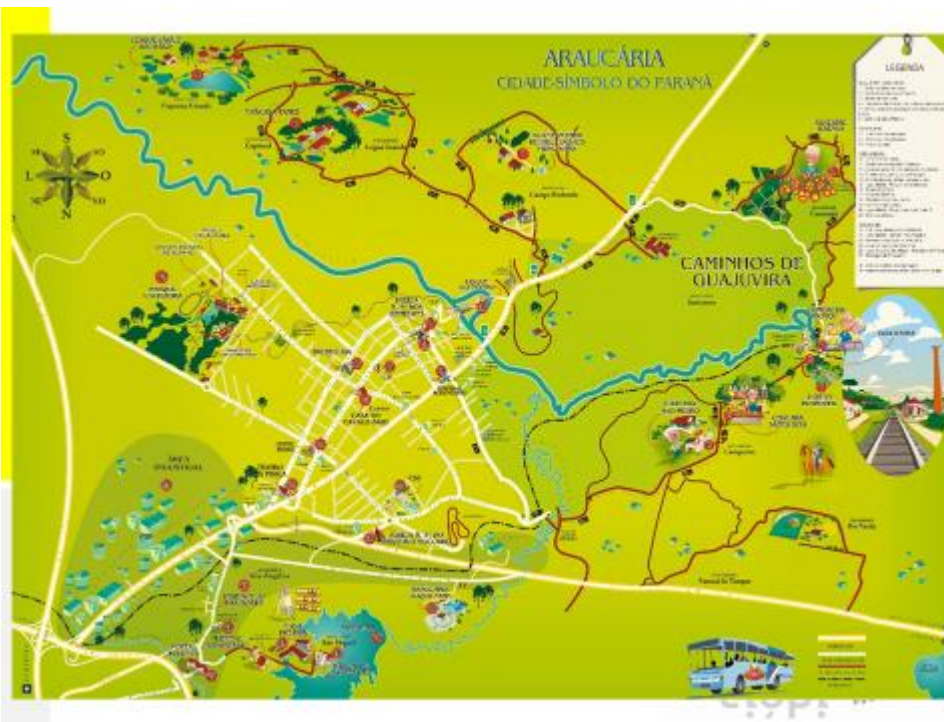


A maioria dos empresários entrevistados (74%) contou com algum tipo de apoio de entidades, governamentais ou não-governamentais, na elaboração do plano de negócios, na implantação e na manutenção de seu negócio.

Quais foram os principais órgãos e entidades que apoiaram?



Fonte: IDESTUR E SEBRAE. Panorama Empresarial do Turismo Rural, 2012.





Em 1999, iniciaram-se as reuniões participativas com a Comunidade, espaço em que foi apresentado a proposta do projeto. Com as conversas, chegou-se ao nome para o roteiro, "Caminho do Vinho", e desde então tem sido assim: tudo que aqui existe é decidido com os associados em parceria com a SICTUR. A operadora de turismo Caminho do Vinho organiza este passeio a 10 anos. São 5 horas de passeio no ônibus criado especialmente para a Linha Turismo, com o acompanhamento de uma guia, passando por 10 empreendimentos do roteiro. Os passeios saem sempre aos sábados, domingos e feriados e a passagem custa R\$ 20,00.



Estruturado em 1999, o Circuito Italiano de Turismo Rural, tem como objetivo a preservação do meio ambiente, valorização da cultura e geração de emprego e renda no meio rural para evitar o êxodo rural. O Circuito atualmente conta com 29 pontos de visitação e um posto de atendimento ao turista.





A colônia leva o nome da cidade catarinense de onde seus fundadores menonitas migraram na década de 50. Hoje vivem lá aproximadamente 1500 habitantes, divididos em 5 glebas (aldeias) que rodeiam o centro comercial local.



PÓLO TURÍSTICO DO Circuito das Frutas

O Circuito das Frutas é um pólo formado por dez municípios – Alcobaça, Indaial, Itaipava, Jurema, Juruá, Lavras, Morungaba, Valinhos e Vinhedo, que se destacam pela qualidade das frutas produzidas em uma região fértil, com de acesso excelente, infraestrutura turística completa.

Natureza muito verde, áreas preservadas, serras, cachoeiras e trilhas na mata. Cão Abail Sol em quase 300 dias do ano! Passos, roteiros, caminhadas! Viagens belíssimas em meio às paisagens rurais, às plantações! Ar puro! Qualidade de vida.

Músicas, teatros, cinemas, exposições, danças, arte clássica, moderna e o belíssimo artesanato local. Cultura! Festas da ameixa, do morango, do caqui, da uva e do figo.





O município é o único do Brasil e da América Latina a figurar no guia da "Accueil Paysan" (Acolhida Camponesa), entidade francesa de divulgação do agroturismo. Além dos belos cenários de serra, boas opções ecoturísticas e fortes referências das culturas alemã e italiana, Santa Rosa de Lima oferece ao visitante a oportunidade de hospedar-se em suas pequenas agropousadas, conviver com o dia-a-dia do agricultor e desfrutar das delícias da culinária local.

Município com pouco mais de 2 mil habitantes, apenas 25% reside na zona urbana. Santa Rosa de Lima seria uma pequena comunidade rural como tantas outras, se não fosse o avançado projeto de agroecologia (produção agrícola sem uso de agrotóxicos) e o agroturismo que desenvolve e que já obteve reconhecimento internacional.



Comércio Justo do jeito Agreco

Por convicção, desde 1996



Mais de 100 famílias participam da Agreco. 35% são jovens filhos ou netos de agricultores. 50% tem formação universitária e decidiram continuar sendo agricultores.

A **Agreco** foi fundada em 1996 em Santa Rosa de Lima, sul de Santa Catarina, Brasil. Tudo começou a partir da articulação e envolvimento de algumas famílias na produção de vegetais orgânicos em parceria com uma rede de supermercados de Florianópolis.

Fonte: <http://www.agreco.com.br/>

Os imigrantes que chegaram às Encostas da Serra Geral em meados do século XIX criaram uma diversidade de pequenas fábricas artesanais de constituição familiar. A criatividade surgiu da necessidade de produzir alimentos para a família, numa época em que a Mata Atlântica ainda era soberana.

Por meio das rodas d'água, nossos primeiros colonos italianos se especializaram no preparo da farinha de milho. Os colonos Alemães, se especializaram, em produzir o açúcar mascavo e o melado, para adoçar um pouco a vida, além de alambiques para a produção de cachaça. As conservas de legumes eram produzidas para estocar legumes nas épocas de safra e serviam para preparar as refeições rápidas no retorno do trabalho da roça.

Depois de duas gerações, os descendentes mantêm as tradições e os sabores produzindo em agroindústrias que compõem a rede **Agreco**.

